



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

SUPLEMENTO AO Nº 30

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 1968

ATA DA 4ª SESSÃO, EM 6 DE
MARÇO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária,
da 6ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DOS SENHORES
GILBERTO MARINHO E PEDRO
LUDOVICO**

As 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Senhores
Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Lobão da Silveira
Petrônio Portela
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Manoel Villaga
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
José Ermirio
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Julio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josephat Marinho
Eurico Rezende
Raul Guberti
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Mario Martins
Aurelio Vanna
Gilberto Marinho
Milton Campos
Nozueira da Gama
Lino de Mattos
João Abrahão
José Feliciano
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Ney Braga
Mello Braga
Alvaro Catão
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de
presença acusa o comparecimento de
40 Srs. Senadores. Havendo numero
legal, declaro aberta a sessão. Vai
ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede a
leitura da ata da sessão anterior
que e sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

**EXPEDIENTE
MENSAGENS DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA**

Agradecimento de homenagem
prestado ao Decreto Legislativo

Nº 83-68 (Nº 113-68, na origem)
com referência ao Decreto Legisla-
tivo nº 9-68 que dá provimento a
recurso do Tribunal de Contas para

SENADO FEDERAL

o fim de tornar definitiva a decisão
de 8 de julho de 1966, reativamente
a despesas de NCRs 19.028.50, para
pagamento à firma COFIMA —
Companhia Fabricadora de Imple-
mentos Agrícolas.

MENSAGEM

Ainda do Sr. Presidente da Repú-
blica, encaminhando Projeto de Lei,
nos seguintes termos:

Mensagem nº 84, de 1968

(Nº 110-68, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Mem-
bros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 54 § 1º, combi-
nado com o artigo 60 item IV, e com
o artigo 17, § 1º, da Constituição, te-
nho a honra de submeter à delibera-
ção de Vossas Excelências, acompa-
nhado de Exposição de Motivos do
Senhor Prefeito do Distrito Federal,
o anexo projeto de lei que autoriza a
Prefeitura do Distrito Federal e a
Fundação Zoobotânica do Distrito
Federal a celebrarem contrato de fi-
nanciamento.

Brasília, em 4 de março de 1968.

— A. Costa e Silva.

Brasília 10 de novembro de 1967.

Nº 17-67-G. P.

A Sua Excelência o Senhor
Marechal Arthur da Costa e Sil-
va — Digníssimo Presidente da Re-
pública do Brasil

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar a
Vossa Excelência o incluso ante-pro-
jeto de lei, que visa permitir ao Dis-
trito Federal celebrar contrato de fi-
nanciamento para aquisição de ma-
quinas, motores, implementos agri-
colas, viaturas, bem como para cons-
trução e equipamento dos Laborató-
rios de Patologia Animal, Vegetal e
Solos e conclusão de galpões e ofi-
cinas para a mecanização agrícola,
destinados à Secretaria de Agricul-
tura e Produção que se encontra pre-
sentemente desprovida da quanti-
dade suficiente para promover o
desenvolvimento da agricultura e da
pecuária no Distrito Federal.

Há imperiosa necessidade de que
a Secretaria de Agricultura e Produ-
ção se equipe, a curto prazo, a fim
de iniciar imediatamente o plano de
trabalho elaborado, visando tirar a
atividade agro-pastoril desta região
da face primitiva e estacionária em
que se encontra, para transformá-la
em fonte dinâmica da riqueza, cheia
de atrativos para as inversões.

Os contratos de financiamento pre-
tendidos atingem a importância de
NCRs 8.910.000,00 (oito milhões, nove-
centos e dez mil cruzeiros novos),
que será liquidada com as verbas or-
çamentárias previstas na proposta

orçamentária de 1968 e na plurianual
ora em elaboração relativa aos exer-
cícios de 1968, 1969 e 1970, de sorte
que a autorização legislativa deseja-
da não implica em outorga de novos
créditos.

Os contratos de financiamentos se-
rão celebrados com o Distrito Federal
e com a sua entidade descentraliza-
da, a Fundação Zoobotânica do Dis-
trito Federal, o que depende de au-
torização legislativa, face ao dispo-
sito no artigo 65, parágrafo 4º, da
Constituição Federal, que dispõe:

§ 4º Nenhum projeto programa,
obra ou despesa, cuja exe-
cução se prolongue além de um
exercício financeiro, poderá ter
verba consignada no orçamento
anual, nem ser iniciada ou con-
tratada, sem prévia inclusão no
orçamento plurianual de investi-
mento, ou sem prévia lei que au-
torize e fixe o montante das ver-
bas que anualmente constarão do
orçamento, durante todo o prazo
de sua execução".

Tratando-se de lei referente a ma-
téria orçamentária, inclui-se entre o
projetos relacionados ao art. 17 pa-
rágrafo primeiro, da Constituição Fe-
deral, como de competência privá-
da do Senado Federal.

Ao encaminhar à consideração su-
perior de Vossa Excelência o presen-
te ante-projeto de lei, solicitando o
seu envio ao Senado Federal, atra-
vés de Mensagem, deixo salientar
que considere a sua transformação
em lei de grande interesse para o
desenvolvimento da zona rural do
Distrito Federal.

Aproveito a oportunidade para re-
novar a Vossa Excelência os protes-
tos do meu mais profundo respeito.
— Wadjo da Costa Gomide, Prefei-
to.

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº
22, DE 1968**

*Autoriza a Prefeitura do Distrito Fe-
deral e a Fundação Zoobotânica do
Distrito Federal a celebrarem con-
trato de Financiamento.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Prefeitura do Distrito
Federal fica autorizada a celebrar
contrato de financiamento para a
aquisição de máquinas, motores, ve-
ículos, equipamentos e implementos
agrícolas destinados à Secretaria de
Agricultura e Produção, até o mon-
tante de NCRs 8.678.887,00 (seis mil-
hões, seiscentos e setenta e oito mil,
oitocentos e oitenta e sete cruzeiros
novos), devendo constar dos orça-
mentos de 1968, 1969 e 1970 as ver-
bas de NCRs 2.226.295,00 (dois mil-
hões, duzentos e vinte e seis mil,
duzentos e noventa e cinco cruzeiros
novos), NCRs 2.226.296,00 (dois mil-
hões, duzentos e vinte e seis mil,

duzentos e noventa e seis cruzeiros
novos) e NCRs 2.226.296,00 (dois mil-
hões, duzentos e vinte e seis mil,
duzentos e noventa e seis cruzeiros
novos) respectivamente, acrescidos
dos juros, para a liquidação das res-
ponsabilidades.

§ 1º A Fundação Zoobotânica do
Distrito Federal e Produção, poderá
celebrar contrato de financiamento
para a realização de obras, aquisição
de equipamentos e instalações des-
tinadas a consecução dos seus obje-
tivos, até o montante de NCRs
2.321.113,00 (dois milhões, trezentos
e vinte e um mil, cento e treze cru-
zeiros novos), fazendo-se incluir nos
orçamentos de 1968 e 1969 as verbas
de NCRs 1.160.032,00 (um milhão,
cento e sessenta mil e trinta e dois
cruzeiros novos) e NCRs 1.161.081,00
(um milhão, cento e sessenta e um
mil e oitenta e um cruzeiros novos),
respectivamente acrescidos dos juros,
para a satisfação das obrigações
contratuais.

§ 2º Os recursos que custearão os
financiamentos de que trata este
artigo e seu § 1º correrão por conta
de receitas próprias da Prefeitura
do Distrito Federal ou de suas en-
tidades de administração indireta.

Art. 2º A presente lei entrará em
vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições
em contrário.
Brasília, ... de ... de 1968.

As Comissões de Constituição e
Justiça, do Distrito Federal e da
Finanças.

OFÍCIO

Do Sr. Primeiro Secretário da Câ-
mara dos Deputados, encaminhando
a revisão do Senado autógrafo do
seguinte projeto:

**Projeto de Lei da Câmara
Nº 17, de 1968**

(Nº 595-B-67, NA CÂMARA)

Da nova redação ao art. 2º e seu pa-
rágrafo único do Decreto-lei nº
300, de 28 de fevereiro de
1967, que dispõe sobre as penul-
das pela falta de pagamento da
contribuição sindical rural.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º e seu parágrafo
único do Decreto-lei nº 300, de 28 de
fevereiro de 1967, passa a vigorar
com a seguinte redação:

"Art. 2º Aplicam-se à contri-
buição sindical as mesmas nor-
mas e princípios estabelecidos no
art. 37 e seu parágrafo único da
Lei nº 4.829 de 5 de novembro de
1965".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na
data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições
em contrário.

As Comissões de Agricultura e
da Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Chileno Marinho) — A Presidência recebeu o primeiro informe dos trabalhos da II Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, enviado pelos Senadores Bezerra Neto, Victorino Freire e Antônio Carlos, designados para participar daquela Conferência, na qualidade de observadores parlamentares. O referido expediente será encaminhado para a publicação.

E' o seguinte:

Nova Delhi, 13 de fevereiro de 1968.

II UNCTAD. Remessa de informe.

Senhor Presidente:

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para seu conhecimento e do Senado, o primeiro informe dos trabalhos da II Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento que na qualidade de observadores dessa Casa, — acompanhamos nesta Capital.

Valemo-nos do ensejo para reiterar nossos protestos de alto apreço e consideração. — *Vicente Bezerra Neto*. — *Victorino Freire*. — *Antônio Carlos Konder Reis*.

INFORME I

Da Primeira fase da II Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, que se realizou em Nova Delhi — Índia.

Apresentado pelos Observadores Parlamentares do Senado, Sr. Bezerra Neto, Victorino Freire e Antônio Carlos Konder Reis.

I. — Delegação Brasileira

Chefe da Delegação

José de Magalhães Pinto, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Chefe, substituto, da Delegação; Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra, Subchefe.

Embaixador George Alvares Maciel, Secretário Geral Adjunto para Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores.

Coordenador-Geral: Ministro Luiz Augusto P. Souto Maior, Chefe da Divisão de Política Comercial do Ministério das Relações Exteriores.

Delegados

Senhor José Fernandes Lima

Senhor José Carlos Madeira Saraiva

Senhor José Eugênio de Macedo Soares

Senhor Calo de Menezes Pinheiro

Delegados Suplentes

Secretário Luiz Paulo Lindenberg Sette

Secretário Marcelo Raffalli

Secretário Carlos Augusto de Proença Rosa

Secretário Sérgio Paulo Rouanet

Senhor Armando José de Oliveira Ferraz

Senhor Eduardo Pereira de Carvalho

Assessores

Secretário Paulo Roberto Barthel Rosa

Secretário Luiz Felipe Palmeira Lampreia

Secretário José Viegas Filho

Secretário Bernardo Peneas Neto

Secretário Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur

Secretário Sebastião do Rêgo Barros Neto

Secretário Clodoaldo Hugueney Filho

Secretário Jorge Carlos Ribeiro

Secretário Ruy Antonio Neves Pinheiro Vasconcellos

Secretário Eduardo Hermanny

Senhor Alfredo Martins de Oliveira

Observadores Parlamentares

Senador Victorino Brito Freire

Senador Antônio Carlos Konder Reis

Senador Vicente Bezerra Neto

Deputado Leão Sampaio

Deputado Daniel Lacerda

Deputado Márcio Moreira Alves

Conselheiros Externos

Senhor Brasília Marinho Neto

Senhor Doraival Oliveira Viana

Senhor José Carlos Madeira Saraiva

Senhor Ademar Moura de Azevedo

Senhor Dante Pires de Lima Ribeiro

Senhor Mair Messias

Senhor Humberto Barros

Professor Paulo Camilo de Oliveira Penna

Personal Administrativo

Senhor Afonso Henriques de Carvalho

Beatriz Heloisa Pinheiro Galnarras

Dilce Hottum Meira

Faust Sara Ensel

Gilda Maria Aranha d'Almeida

Thaís

Helen Souto Grumbach

Janele Antonio Batuli

Manue Freitas de Castro

Maria Aparecida Brandão de Oliveira Borges

Sônia Maria Murinho de Moraes

Therézinha Jafin

Yedda Berlin de Rêgo Machado

2. — Instalação

A II Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) instalou-se em Nova Delhi, no Vijayan Bhavan, dia 12 de fevereiro, às 16 horas, sob a presidência do Chefe da Delegação da República Árabe Unida, presente a Senhora Indira Gandhi, Primeiro Ministro da Índia.

3. — Agenda

A II UNCTAD deverá debater e decidir sobre as seguintes matérias: — Produtos de Base: conclusão de Acórdos Internacionais, melhoria de acesso, financiamento do "buffer stock".

— Manufaturas: estabelecimento de um sistema de preferências gerais, não-recíprocas e não-discriminatórias e eliminação de restrições quantitativas.

— Financiamento: melhoria das condições e termos da ajuda, aumento de seu volume e adoção de esquemas de financiamento complementar e suplementar.

— Transportes Marítimos: eliminação de práticas restritivas adotadas pelos países desenvolvidos e adoção de medidas de proteção às marinhas mercantes dos países em desenvolvimento.

— Tecnologia: promoção de atividades de pesquisa nos países em desenvolvimento e de melhores condições para a transferência de tecnologia desenvolvida nos países industrializados.

Problema mundial de alimentos.

4. — Ordem dos Trabalhos

Eleita a mesa que dirige os trabalhos, que ficou assim constituída: Presidente — Senhor Dinesh Singh (Índia); Relator — Senhor José Antonio Encinas del Pando (Peru); a Conferência iniciou-se com um debate geral, tendo falado representantes das seguintes nações ou entidades:

Francia, Brasil, Colômbia, República Federal da Alemanha, Estados Unidos da América, Japão, Bulgária, Países Baixos, Uruguai, Paquistão, Tailândia, China, Reino Unido, Chile, Suíça, Iugoslávia. Sub-Secretário-Geral para Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, Austrália, Finlândia, Irlanda, Tcheco-Eslôvquia, Itália, Etiópia, Chipre, República Democrática do Congo, Iraque, Mauritânia, Laos, Noruega, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, República Árabe Unida, Austrália, Colômbia, México, Israel, Hungria, Ilndônia, Filipinas, Gana, Camarões, Índia, Coreia, Santa Sé, Tunísia, Ira Nova Zelândia, Cuba. Secretário Executivo da Comissão Econômica da América Latina, Espanha, Kênia, Camboja, Afeganistão, Marrocos, Secretário-Geral das Nações Unidas, Mongólia, Romênia, Turquia, Etiópia, Gâmbia, Malawi, Nigéria, Malásia, Libano, Bélgica, Ucrânia, Serra Leoa, Uganda, Quênia, Togo e Togo, Síria, Arábia Saudita, Iêmen, Chad, Polónia, Zâmbia, Alto Volta, Tanzânia, Grécia, Jamaica, Venezuela, Líbia, Nepal, Bolívia, Mali, Senegal, Somália, Madagascar, Dinamarca, Camboja, Ruanda, Congo (Brazzaville), Búndia, Líbéria, Federação Sindical Mundial, Guiné, Equador, Sudão, Moçambique, República do Vietnã, Togo, Jordânia, Luxemburgo, Secretariado Permanente do Tratado-Geral de Integração Econômica da América Central e África do Sul.

Na Sessão plenária do dia 5 de fevereiro, ocupou a tribuna o Chefe da Delegação brasileira, Ministro Magalhães Pinto, titular da Pasta das Relações Exteriores. Em anexo, segue o referido discurso na íntegra.

Os trabalhos se distribuem, ainda, para o estudo dos assuntos da agenda, por cinco Comissões, a saber: I Comissão — de Produtos de Base: Secretário Carlos Augusto de Proença Rosa

Senhor Armando José de Oliveira Ferraz

Secretário Luiz Felipe Palmeira Lampreia

Secretário José Viegas Filho

II Comissão — de Manufaturas: Ministro Luiz Augusto de Pereira Souto-Maior

Secretário Bernardo Peneas Neto

Secretário Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur

III Comissão — de Financiamento: Secretário Marcelo Raffalli

Senhor Eduardo Pereira de Carvalho

Senhor Alfredo Martins de Oliveira

Secretário Sebastião do Rêgo Barros Neto

IV — Comissão — de Transportes Marítimos e Invisíveis: Secretário Luiz Paulo Lindenberg Sette

Secretário Sérgio Paulo Rouanet

Secretário Ruy Antonio Neves Pinheiro Vasconcellos

V Comissão — de Assuntos Específicos: Secretário Sérgio Paulo Rouanet

Secretário Jorge Carlos Ribeiro

Secretário Clodoaldo Hugueney Filho

40. — Atenção especial: os trabalhos do plenário os Delegados: Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira

Embaixador George Alvares Maciel

Senhor José Fernandes Lima

Ministro Luiz Augusto Pereira Souto-Maior

Senhor José Carlos Eugênio de Macedo Soares

Senhor Calo de Menezes Pinheiro

Secretário Paulo Roberto Barthel Rosa

41. — O Brasil foi, outrossim, eleito para o Comité Coordenador do Grupo dos 17 países em desenvolvimento que subscreveram a Carta de Argel. Esse Comité se constitui de 5 membros. O Brasil foi, também, eleito como um dos representantes latino-americanos nos quatro Grupos de coordenação formados, em nível de Comissão, nas Comissões I, II, III e IV. Vale notar que a brasileira foi a única delegação que mereceu tal distinção.

42. — A fase final da Conferência será constituída pelo exame e votação pelo plenário, das propostas pendentes das Comissões.

43. — A Convenção compo a da Delegação brasileira pretende que,

sem pletearmos, fosse eleito para Presidente da IV Comissão, que cuida do problema dos transportes, o Delegado Primeiro Secretário Luiz Paulo Lindenberg Sette.

5. — Reuniões do Serviço

A Delegação brasileira, sob a presidência do Embaixador Antônio Azeredo da Silveira, reuniu-se cada sábado, para amplo debate sobre o desenvolvimento dos trabalhos — reunião em que os observadores parlamentares são beneficiados de todos os fatos ocorridos nos dias anteriores. Já se realizaram duas dessas reuniões.

6. — Posições brasileiras na fase inicial

Segundo o Ministro de Estado informou na primeira reunião de serviço, o Brasil olha a Conferência como uma grande oportunidade, ainda que com poucas esperanças nos seus resultados. A essa afirmativa categórica juntou que nossa delegação deveria se esmerar no exame dos problemas constantes da Agenda, atenta, especialmente, às questões de formulação das soluções.

Em síntese, defenderá o nosso país a adoção de:

a) medidas operativas, no sentido de serem concretizados acordos internacionais que normalizem o comércio de produtos como café, cacau, açúcar, minérios, sisal, de modo a garantir-lhes colocação e preços estáveis e remunerativos;

b) mecanismos capazes de permitir a criação de estoques reguladores de produtos primários — mormente de produtos agrícolas;

c) programas de diversificação de culturas, para evitar a super-produção de alguns deles;

d) providências que suprimam a política de discriminação tarifária em relação a produtos agrícolas;

e) atitude de consideração relativamente ao item incluído pela delegação norte-americana referente ao "problema mundial de alimentos".

f) estabelecimento de um sistema de preferências gerais, não discriminatórias e não recíprocas, quanto à exportação de manufaturas e semi-manufaturas, disciplina dos mecanismos de salvaguardas a fim de evitar sua aplicação unilateral, considerando-se a possibilidade de absorção das preferências em vigor pelo novo sistema;

g) problema que leve os países desenvolvidos a cumprir a resolução da I UNCTAD, no sentido de liberar 1% de seu PNB à assistência aos países em desenvolvimento;

h) resolução no sentido de transformarem o Banco Mundial em banco dedicado, exclusivamente, à concessão de empréstimos aos menos desenvolvidos;

i) resolução, no sentido de que a ADI (Associação para o Desenvolvimento Internacional), que é filiada ao Banco Mundial e dedicada a concessões de empréstimos em termos suaves, passe a emprestar recursos a países com o nível de renda do Brasil.

j) medidas operativas capazes de solucionar os problemas de pesada dívida externa dos países menos desenvolvidos, com o reassalamento dessa dívida, a longo prazo em casos de necessidade seja por força de crise ou para dedicar maiores recursos em programas de desenvolvimento interno;

k) multilateralização das medidas, não bilaterais ou multilaterais, destinadas a aumentar a participação no transporte de seu comércio pelos países em desenvolvimento.

l) A Delegação brasileira já o declarou intervenções nas seguintes Comissões: de Produtos de Base, de Manufaturas, de Financiamento e de Transportes Marítimos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO
EXCELENTÍSSIMO SENHOR MI-
NISTRO DE ESTADO PERANTE
O PLINÁRIO DA II UNCTAD

Nova Délia, em 5 de fevereiro de 1963
Senhor Presidente,

Desça repulsa ao por sua eleição a Presidência da II Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Congratulo-me também com os ilustres membros da Mesa. Estou certo de que, sob a segunda orientação de Vossa Excelência, os nossos trabalhos se processarão com rapidez e eficiência. Por seu alto mérito, agradeço a hospitalidade do Governo da Índia, cujos esforços para o êxito desta Conferência têm sido um exemplo de tenacidade e uma fonte de inspiração.

Cabe-me o privilégio de ser o primeiro Representante de país em desenvolvimento a se pronunciar no debate geral desta Conferência. Cresce, assim, a responsabilidade das minhas palavras. Ao defender os interesses fundamentais do Brasil, minha exposição procurará refletir também as preocupações mais autênticas e profundas do mundo em desenvolvimento, cujas aspirações foram contidas na Carta de Argel.

Senhor Presidente,

Vivemos momento histórico especial. Atenuados os choques ideológicos, os países desenvolvidos empunham-se agora numa crescente aproximação. Buscam tirar com segurança as riquezas que acumularam. Não obstante graves incidentes isolados, todos os esforços, especialmente os das superpotências, se orientam no sentido de afastar a ameaça de guerra total, nuclear, ou convencional.

Para o estabelecimento de verdadeira paz internacional, não basta esse entendimento entre os países ricos e poderosos. O resto do mundo está em condição reflexiva do incerto mesmo generalizado ante conflitos de vida subnacionais. Em muitos pontos, a violência eclode, denunciando a forma trágica a tensão insustentável que estão submetidos dois terços da humanidade.

A paz mundial não se reduz à coexistência entre grandes. É símbolo de progresso equilibrado e de bem-estar para todas as nações.

Senhor Presidente,

Meu país tem a consciência que o desenvolvimento antes de tudo um processo nacional, alicerçado na modernização das estruturas econômicas e sociais. O que se busca nesta Conferência, paralelamente, é essa mesma modernização no plano de comércio internacional, a fim de que nossos esforços internos não sejam frustrados por obstáculos externos, artificialmente criados.

Um dos campos em que esses obstáculos se vêm acentuando é o da tecnologia. No terreno da energia nuclear, por exemplo, as superpotências insistem numa política monopolística que implica na prática em negar aos países em desenvolvimento a possibilidade de adquirir e aperfeiçoar uma tecnologia autônoma. Alegam que tais esforços poderiam ser deturpados para fins bélicos. De outra parte — e com o mesmo propósito — pretendem impor-nos um sistema de fiscalização internacional que seria discriminatória, pois dividiria os países do mundo, inexoravelmente, em duas categorias: países que podem utilizar todas as formas de energia nuclear, inclusive para fins bélicos, e países que não podem desenvolver todas as formas de utilização do átomo, ainda que para fins pacíficos. É isso que o Brasil não pode aceitar, nem admitir. Na medida em que a energia nuclear é instrumento definitivo de superação do subdesenvolvimento, essa discriminação pretendida nos imporia uma situação irremediável de depen-

dência, comprometedora da própria soberania.

O comércio internacional é o campo em que mais se evidenciam as desigualdades, socialmente agravadas. O grande mérito da I UNCTAD foi justamente o de permitir uma dramática tomada de consciência sobre a miséria existente nas relações comerciais entre o Norte e o Sul. O de revelar que em matéria econômica unem-se pela identidade dos interesses de um lado, os industrializados e, de outro, os subdesenvolvidos independentemente de considerações ideológicas. Estamos conscientes de que o comércio internacional é apenas um dos muitos fatores que condicionam o desenvolvimento. Ao longo tempo, reconhecemos que é um elemento de importância estratégica, que segundo as circunstâncias pode agravar ou ajudar a vencer o subdesenvolvimento econômico.

No quadro atual, é através do comércio que as nações mais pobres vem alimentando a acumulação de riquezas nos países industrializados. A transferência de recursos se orienta dos subdesenvolvidos para os desenvolvidos. Do pobre para o rico, numa transfusão de sangue as vezes, do mais fraco para o mais forte.

Se as exportações brasileiras em 1967 fossem realizadas aos preços de 1953, nossa receita de divisas teria sido de 2,5 bilhões de dólares, ou seja, mais de 800 milhões de dólares do que a obtida. Pelo mesmo raciocínio nos anos de 1954 a 1956, o Brasil deixou de perceber 5 bilhões de dólares, ou seja, mais do que toda a ajuda externa recebida nesse período.

Os termos da ajuda externa se vêm continuamente deteriorando com o elevação da taxa de juros e a redução dos prazos de amortização. Além disso, se levados em conta os prejuízos causados pela vinculação dos créditos e outros fatores, o seu valor real se situa a intorno de 60% do valor nominal.

Devemos, assim, prosseguir sem desfalco na luta pela retomada das próprias regras de comércio internacional. É preciso que o comércio cesse de ser um meio de exploração do esforço produtivo dos países subdesenvolvidos. Foi esse o propósito que nos uniu na Primeira Conferência e nas várias reuniões preparatórias. Entretanto, o Brasil vê, com profundo desalento, a perspectiva de diluição desse objetivo fundamental. A ênfase sobre temas de importância relativamente secundária ou de alcance meramente assistencial poderia contribuir para dispersar atenções e enfraquecer a indispensável unidade de propósitos dos países em desenvolvimento.

Senhores Delegados,

A Carta de Havana, que contava alguns pontos de interesse para o mundo subdesenvolvido, não mereceu aprovação dos países que a prepararam. Dela, sem o contexto que a justificaria parcialmente, foi criado o GATT, instituição de propósito limitado e realizações que beneficiam muito mais os países que já detêm a maior parcela de comércio internacional, do que aqueles que veem, ano após ano, decrescer sua pequena participação nas trocas mundiais. O mundo em desenvolvimento sentia claramente a necessidade de um foro mais amplo, mais representativo dos seus interesses, e que não estivesse associado a uma filosofia estática. Foi dessa frustração com os resultados obtidos até aquele momento no campo da cooperação internacional e do desejo de tratar os problemas de comércio internacional em termos que ultrapassassem a ideologia liberal vigente, que nasceu a UNCTAD.

A I Conferência representou para nós uma esperança de renovação. Apesar das grandes resistências encontradas por parte de outros mem-

bros das Nações Unidas, os países em desenvolvimento conseguiram a convocação da Conferência e sua posterior internacionalização sob a forma de um organismo permanente. Tudo indica que com a criação desse novo foro passava a comunidade dos países em desenvolvimento a caminhar para um tratamento justo e razoável das pretensões de um mundo cada vez mais iníquo. De um mundo cansado de pagar com a sua miséria pelo progresso e pela riqueza dos países privilegiados.

Entretanto, essas expectativas revelaram-se ilusórias. As recomendações da I Conferência foram sistematicamente ignoradas ou descompromissadas. Vimos sucessivamente fracassarem a Conferência do açúcar e as duas Conferências do Cacaú, pela intransigência de países desenvolvidos em fazer concessões mínimas. Idêntico malogro verificou-se no campo do financiamento internacional, cujo volume manteve-se estagnado e cujos termos se deterioraram. Fora da UNCTAD, os resultados não foram mais animadores. O "Kennedy Round", que pode ser considerado um êxito do ponto de vista dos países desenvolvidos, produziu benefícios insignificantes para os países em desenvolvimento.

Não é para este gênero de resultados, Senhor Presidente, que comparecemos a esta Conferência. Esperamos fórmulas práticas e não gestos simbólicos ou vagas manifestações de intenção. A hora não é mais de votar recomendações sem valor operativo e sim de tomar decisões que se traduzam em compromissos e obrigações efetivas. Só assim será possível extirpar do comércio internacional as raízes da injustiça e da discriminação.

As medidas necessárias para alcançar esse objetivo já foram suficientemente estudadas do ponto de vista técnico. Resta, agora, a decisão política de dar-lhes execução.

Em primeiro lugar, devemos aprovar um conjunto de normas que presidam a negociação subsequente, ainda em 1963, de um sistema de preferências para as exportações de manufaturas dos países subdesenvolvidos. Esse sistema deverá abranger todos os países industrializados, compreender todas as manufaturas, incluir todos os subdesenvolvidos sem discriminação e excluir contrapartidas. Tal sistema não deverá contudo redundar numa nova nova divisão internacional do trabalho, diferente apenas no nome, e na realidade tão estática quanto a anterior, segundo a qual os subdesenvolvidos passariam a exportadores apenas de produtos industriais rudimentares. A nova divisão de trabalho que procuramos é dinâmica e deverá abrir constantes perspectivas de expansão e aperfeiçoamento ao nosso processo industrial.

Por outro lado, é indispensável normalizar o comércio mundial de produtos de base. Será para nós, ainda por muito tempo, a fonte principal de receita de divisas. Trata-se de garantir para nossas matérias-primas preços suscetíveis de evitar a deterioração do nosso poder aquisitivo externo. Trata-se de garantir o acesso, livre e desimpedido, das nossas exportações de produtos primários ao mercado internacional, mediante a rejeição de políticas protecionistas, de políticas de exportação subsidiada e de políticas de restrição ao consumo, adotadas pelos países ricos.

A crescente e dominadora participação dos países industrializados no comércio de produtos de base se realiza sob forma contrária às proclamas regras de livre comércio e constitui ameaça tão grave quanto a deterioração dos termos de intercâmbio.

A resistência oposta às tentativas dos países em desenvolvimento de assegurar a comercialização de seus

produtos primários já industrializados e fonte de grandes importações para nós. O único obstáculo que se interpõe a renovação do comércio internacional no Cate denunciado o grande incompreensão com que todos se desentendem os países subdesenvolvidos na regulamentação do comércio de seus principais produtos.

Esta Conferência deverá portanto acordar compromissos suscetíveis de respeito da legislação, a prazos certos, de um programa para negociação de produtos de base. Esses compromissos deverão garantir preços justos, remunerativos e estáveis, evitando preferências discriminatórias, por vantagens imediatistas, as condições regulamentares e de programação de exportação. Nesse sentido, devemos negociar quanto antes os convênios de preço e de açúcar. Por outro lado, os desenvolvidos deverão assumir o compromisso de eliminar, em prazo não superior a cinco anos, as tarifas que onerem os produtos primários exportados pelos subdesenvolvidos.

Estamos bastante interessados com a criação do transporte marítimo internacional. As práticas comerciais, que muitas vezes restringem não só o comércio, mas também o acesso das novas áreas dos países em desenvolvimento ao mercado de libras mundanas, jamais foram objeto de consideração no plano multilateral.

Apesar dos primeiros passos vacilantes, dados na I Conferência, hoje maior do que ontem, podemos estar seguros de que o transporte marítimo internacional precisa e requer mais. Em outras palavras, temos de definir, aqui e agora, novos princípios, também adequados aos interesses do comércio e do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, os quais naturalmente incidem em suas áreas de atuação de suas próprias marinha mercantes.

Em matéria de financiamento internacional, além do volume, preocupa-nos a maneira que o inspira. O financiamento internacional não pode, com efeito, ficar condicionado unicamente a concepções econômicas monetaristas, concebidas em função das necessidades dos países desenvolvidos e inadequadas aos seus problemas que o processo de desenvolvimento econômico necessariamente impacta. É com esse objetivo, inclusive, que apoiar-nos a conversão do Banco Mundial em banco dedicado somente aos subdesenvolvidos.

Além dessas medidas a serem negociadas com os desenvolvidos, impõe-se que entre nós, subdesenvolvidos, se chegue a acordo sobre formas de incrementar o nosso comércio recíproco, quer no plano regional quer no mundial, respeitadas as peculiaridades jurídicas e institucionais de cada esquema de integração. É necessário que esse comércio se desenvolva sob o amparo de modalidades próprias, inclusive de pagamentos.

Senhores,

Para que o comércio mundial possa operar em bases novas e não discriminatórias, não basta que adotemos esse conjunto de medidas. É necessário que a UNCTAD se transforme, tão cedo quanto possível, nos termos de sua própria resolução constitutiva, numa Organização Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento, com plena capacidade negociadora e executiva. Será possível assim dar continuidade e sentido prático às medidas que vêm sendo recomendadas mas não têm implementação assegurada dentro da estrutura atual da UNCTAD. Estamos persuadidos da necessidade de completar o processo, já iniciado com a criação da UNCTAD em 1964, de modernização do arcabouço jurídico do comércio internacional, em função do atual estágio das relações econômicas internacionais e

das novas tecnologias, por isso, a ciência e a tecnologia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: É preciso que, no futuro, a Conferência, estudando todos os aspectos do sentido de urgência que decorre da própria aceleração da história.

Nessa época é dinâmica e veloz. Os povos se conscientizam rapidamente para o progresso, o conforto, a segurança. Os milagres da técnica acompanham com a promessa de abundância de vida mais longa. Os meios de comunicação, cada vez mais aperfeiçoados, atendiam aos quatro cantos do mundo a crescente prosperidade de alguns, agravando a amargura e o inconformismo dos que pouco ou nada têm.

Diante dessa realidade, a um só tempo assustadora e promissora, cabe-nos unir esforços para que toda a humanidade possa beneficiar-se da revolução científica e tecnológica. Cabe-nos superar divergências mesquinhãs e egoísmos estritos. Cabe-nos encarar o mundo como um todo solidário e não como um conjunto de parcelas estanques, hostis entre si.

Toca-nos, Senhores, a tarefa de contribuir para que este pequeno planeta possa entrar no século XXI sob o signo da prosperidade e não da miséria; da harmonia entre todos os homens e não da inveja ou do ressentimento.

Sob o signo da Paz e não da Guerra.

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 781-67 — de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministro da Educação e Cultura (Aviso nº 92-Br, de 29-2-68);

Nº 802-67 — de autoria do Senador Flávio Brito, enviada pelo Ministro do Interior (Aviso nº BSB-064, de 22-2-68);

Nº 945-67 — de autoria do Senador Perrônio Portela, enviada pelo Ministro da Justiça (Aviso nº G-0221-B de 4-3-68);

Nº 1.170-67 — de autoria do Senador Rui Palmeira, enviada pelo Ministro da Educação e Cultura (Aviso nº 99-Br, de 29-2-68);

Nº 33-68 — de autoria do Senador José Ernirio, enviada pelo Ministro das Minas e Energia (Aviso número GM-57-68, de 4-3-68).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, comunicados que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

Brasília, em 6 de março de 1968.
Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador Duarte Filho pelo Nobre Senhor Senador Fernando Corrêa, como titular, na Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, destinada a verificar as repercussões sobre a saúde, do uso indiscriminado de adocantes artificiais na alimentação popular.

Aprovo a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e distinta consideração. — Senador Manoel Villaca, Vice-Líder no exercício da Liderança.

Brasília, em 5 de março de 1968.
Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador Flávio Brito pelo Nobre Senhor Senador Carlos Lindenberg, como titular, na Comissão Mista do Congresso Nacional destinada ao estudo dos problemas agro-

pecuários e seu reflexo na economia nacional.

Aprovo a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de mais alta estima e distinta consideração. — Senador Manoel Villaca, Vice-Líder, no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — De acordo com as indicações formuladas serão feitas as substituições.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Projeto de Lei do Senado Nº 23, de 1968

Isenta do serviço militar obrigatório, em tempo de paz, o homem do campo e o estudante enquanto esteja cursando o 2º ciclo colegial.

Art. 1º São isentos do serviço militar obrigatório, em tempo de paz, o homem do campo e o estudante enquanto esteja cursando o 2º ciclo colegial.

§ 1º Considera-se homem do campo para os efeitos deste artigo, aquele que tenha residência e domicílio permanente fora dos perímetros urbanos e que exerça exclusiva atividade laborativa no meio rural.

§ 2º No caso de existir na localidade repartição ou tiro de guerra capacitada à prestação de instrução militar, não prevalecerá a isenção relativa ao estudante, prevista neste artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O serviço militar obrigatório nas hipóteses mencionadas no projeto, ou seja: em relação ao homem do campo e ao estudante do segundo ciclo colegial, em vez de constituir-se em elemento útil para a nação, em muitos casos, se converte em prática prejudicial. Assim é quando retira do trabalho do campo aquele que contribui diretamente para o desenvolvimento da economia nacional, verificando-se que, em tempo de paz, a produção de sua atividade serve melhor aos interesses do país. De igual modo a situação do estudante, na fase do 2º ciclo, quando o mesmo se vê com a sua formação educacional interrompida, para servir em localidades diferentes da de seu domicílio.

O projeto, portanto, procura não prejudicar o recrutamento em tempo de guerra — que é o caso de segurança nacional — oferecer solução adequada à espécie.

Cada das Sessões, em 4 de março de 1968. — Senador Lino de Mattos.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Educação e Cultura.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O projeto lido vai à publicação e às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa requerimento, cuja leitura será feita pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 149, de 1968

Nos termos do art. 38 § 1º da Constituição Federal e § 2º do Regulamento Interno, requero 125 dias de licença para tratamento de saúde, a partir

do dia 11 de março corrente, de acordo com os atestados médicos anexos.

Sala das Sessões, 6 de março de 1968. — Duarte Filho

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Concedida a licença requerida pelo nobre Senador Duarte Filho, a partir de 3 de março de 1968, será convocado o respectivo suplente, Senador Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Tem a palavra o primeiro orador inscrito, o nobre Senador Arnon de Mello.

O SR. ARNON DE MELLO:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, um dos assuntos que mais me preocupou nesta longa viagem que empreendi por quatro continentes, como observador do Senado, foi a situação dos nossos cientistas tecnólogos e técnicos. Saira eu do país em setembro de 1967, pouco depois do Sr. Secretário Geral do Itamarati haver promovido em Washington, com a presença do delegado do Sr. Ministro da Educação, o Magnífico Rector da Universidade do Rio, uma reunião de numerosos cientistas brasileiros, que trabalhavam nos Estados Unidos e que se exilaram em virtude de não encontrarem aqui mercado de trabalho. Pretendia o Governo recuperá-los, e aquele diplomata foi incumbido de ouvi-los sobre a motivação do êxodo e as providências a serem tomadas para evitá-lo.

Alcançou a iniciativa do nosso Governo a maior repercussão no campo internacional. Por onde andei, lá estava o assunto despertando interesse, não somente nos meios brasileiros mas nos estrangeiros. Em Londres, o repórter da United Press, que me entrevistou, logo quis saber das medidas já postas em prática para o regresso dos nossos cientistas. Na China, a mesma pergunta me fez o jornalista que me procurou. Grande era a admiração pelo gesto do nosso Governo, e maior a curiosidade em saber como se processaria o retorno.

Na Europa, encontrei os primeiros cientistas brasileiros, impressionados com tais notícias e esperançosos de poderem contribuir para o desenvolvimento do país.

Quando cheguei aos Estados Unidos, dois meses já eram passados da reunião de Washington, mas o assunto continuava bem vivo, os cientistas ansiosos, pelos resultados das démarches.

DEFINIÇÃO DO PRESIDENTE

Ao assumir o Marechal Costa e Silva a Presidência da República, nomeado Ministro das Relações Exteriores o Sr. Magalhães Pinto, hastiou o Chefe da Nação, secundado pelo seu Chanceler, a bandeira do desenvolvimento científico e tecnológico, fazendo, a começar de 17 de março, dois dias depois de sua posse, na primeira reunião do Ministério, e pouco depois, no próprio Itamarati, estas declarações positivas:

“... A nossa diplomacia deverá visar como objetivos não só a conquista de recursos externos senão também a maior soma de cooperação estrangeira, quer sob a forma de meios materiais, quer de auxílios técnicos, para propiciar intensa participação do Brasil na revolução científica e tecnológica dos nossos dias. Nesse contexto, a energia nuclear desempenhará um papel relevante e poderá vir a ser uma das mais poderosas alavancas a serviço do nosso desenvolvimento econômico. De outro modo, ainda não liberto de uma forma de subdesenvolvimento freios rapidamente afundando em uma nova e mais perigosa modalidade dele, que seria o subdesen-

volvimento científico e tecnológico” (Brasília, 17 de março de 1967 — Primeira Reunião Ministerial).

“Damos ter consciência de que o programa do nosso desenvolvimento tem de ser feito no quadro da revolução científica e tecnológica, que abriu para o mundo a idade nuclear e espacial. Nessa nova era, que começamos a viver, a ciência e a tecnologia condicionarão, cada vez mais, não apenas o progresso e o bem-estar das nações, mas a sua própria independência”.

“A meta será colocar a serviço da melhoria das condições de vida do povo as forças portentosas que se encontram no átomo”.

“A ação diplomática de meu Governo visará, em todos os planos, bilaterais e multilaterais... e, de particular importância — a cooperação necessária à rápida nuclearização pacífica do país” (Palácio Itamarati, Brasília, pronunciamento sobre Política Externa, em 6 de abril de 1967).

A SEGURANÇA INTERNA

Ao ensejo da assinatura do contrato de construção da Usina Hidrelétrica da Ilha Solteira, frisava em discurso o Sr. Presidente da República: “A utilização facilitada da energia atômica será fator preponderante do desenvolvimento nacional, interessando à segurança interna e também a perspectiva de progresso de toda a América Latina”.

Estribado nas diretrizes traçadas pelo Sr. Presidente da República, de acordo com os imperativos dos novos tempos, fortalecido no seu apoio e honrando-lhe as palavras, o Sr. Ministro das Relações Exteriores não se tem cansado de reafirmar os propósitos de S. Exª. A 7 de junho de 1967, em alusão que ofereceu a cientistas brasileiros no Itamarati, assim concluiu sua oração:

“Em seu discurso de 5 de abril no Itamarati, em Brasília, o Presidente Costa e Silva conclamou os brasileiros ao esforço gigantesco de completar aceleradamente a Revolução Industrial do Século XIX, se não quisermos ter o Brasil irremediavelmente atrasado na Revolução Tecnológica de nossos dias, se não quisermos ver-lo reduzido paulatinamente à condição de mero importador de técnicas alheias, eterno pagador de “royalties”, sujeito finalmente a uma nova espécie de subordinação — o colonato da Era Atômica Espacial”.

DESENVOLVIMENTO GLOBAL

Sr. Presidente

Antes quando candidato à Presidência da República, o atual Chefe da Nação deu sempre ênfase, em suas manifestações, ao homem como fator de desenvolvimento.

“Envidaremos todos os nossos esforços — dizia S. Exª em 26 de maio de 1966, na Convenção da AGENA, em Brasília — no sentido de realizar o desenvolvimento na base do homem como ser livre, como pessoa humana, na sua dignidade de filho do mesmo Deus. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, desenvolvimento global, que não se limite à elevação dos índices de produção, mas vise prioritariamente à integração social e econômica do povo, dando-lhe acesso aos bens essenciais de vida, sem discriminações”.

O bem-estar do homem, o destino do homem, é claro que, desde o seu nascimento, se liga fundamentalmente à ciência através da alimentação, da saúde, da educação, do trabalho. Assim tem sido ao longo dos tempos e agora mais do que nunca. Como diz Robert Oppenheimer a quem tanto se devem os avanços da energia atômica, “pobreza foi sempre uma coisa horrenda e, levada aos extremos, uma coisa desesperadora. Hoje é uma mal-

de, pois que está nas mãos do homem e nos seus corações vencê-la. A ciência pode, pela primeira vez na história, dotar-nos dos meios de armar com a fome para todos na terra". E Pierre Curie já antes o afirmava Jean Perrin: "A ciência há de criar a fonte de riqueza e bem-estar e os próprios problemas sociais que se dependerem, acabarão por desaparecer".

SÉCULO DA CIÊNCIA

Srs. Senadores

Recebemos na semana passada a mensagem do Sr. Presidente da República, e nela nos alegrou ver — pela primeira vez em documento desse gênero — um capítulo especial sobre pesquisa científica e tecnológica, demonstração de que S. Ex.^a continuava atento ao problema. O que até então não é evidentemente o necessário ao que lhe pareceu possível. "Não nos poderia fazer milagres" — diria o Sr. B. Pedro, o Sr. Presidente da República. Mas S. Ex.^a sabe que o povo julga o homem de Governo não pelo que faz mas pelo que ele, povo, espera que seja feito".

O Sr. Mário Martins — Permite Ex.^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELO — Posso.

O Sr. Mário Martins — No início do discurso, quando V. Ex.^a relembra sua peregrinação por vários países e os diferentes contatos que manteve com pessoas especializadas ou não, para analisar o movimento que o Brasil brasileiro estaria, neste momento, desenvolvendo no sentido de fazer chegar ao país os cientistas brasileiros que estão no exterior, eu esperava que V. Ex.^a, além de dar as razões — algumas transparentes nas declarações de V. Ex.^a — que motivam a ida desses peritos, desses cientistas para terras estrangeiras; além de transcrever os trechos, sobretudo do discurso do Presidente da República a favor do desenvolvimento tecnológico e científico brasileiro, e independentemente das congratulações de V. Ex.^a com as palavras contidas na mensagem do Sr. Presidente da República; eu esperava, repito, que viessem determinados depoimentos sobre as razões que levaram o Brasil a sofrer essa evasão de técnicos e cientistas e, ao mesmo tempo, ver nascer uma barreira à entrada de técnicos estrangeiros no Brasil. V. Ex.^a se recorda de que o Brasil perdeu duas grandes oportunidades para receber técnicos e cientistas estrangeiros. Uma foi por ocasião da revolução na Espanha. Homenos que eram menos cientistas e mais professores e laboratoristas, que são cientistas também, foram banidos, batidos na sua terra, e em massa, correram para o México terra que soube utilizá-los em favor do progresso mexicano. Depois, durante a guerra, e mesmo às vésperas, tivemos possibilidade de receber os cientistas perseguidos na Alemanha e em outros países invadidos pelas tropas e pela polícia nazistas. Naquela ocasião — e para este ponto quero chamar a atenção de V. Ex.^a — esses cientistas alemães, tchecos, austríacos, preferiram ir para outros países, após terem feito sondagem. Muitos deles pretendiam vir para o Brasil, mas decidiram pelos Estados Unidos e Inglaterra. Não, no caso, apenas pela circunstância do salário alto — que o salário, na ocasião, era secundário — mas sim em decorrência da segurança que sentiam indo para os Estados Unidos ou Inglaterra: segurança como homens e segurança como cientistas. O que está acontecendo, neste momento, é que o Brasil não oferece uma taxa de segurança para o mundo de hoje, não aos seus cidadãos, de respeito à liberdade, às pesquisas dos seus ci-

tistas. Quero acreditar que V. Ex.^a nos sucessivos contatos que manteve, ouviu muitas vezes entre as causas alegadas, dado como razão o fato de o Brasil não ter capacidade material para pagar bem aos seus cientistas. Mas V. Ex.^a deve ter encontrado — porque eu encontrei, e isto sem me aprofundando no estudo da matéria como V. Ex.^a — que muitos cientistas deixaram de vir para o Brasil por não lhes ser oferecida aqui segurança, segurança individual, segurança da sua família, segurança a eles como cidadãos, e, muito menos, segurança para estudos tecnológicos e científicos. Eu gostaria que V. Ex.^a que se vem revelando um estudioso e apaixonado da matéria, pois sei que quando V. Ex.^a se dedica a um assunto vai ao fundo, eu desejaria que não limitasse a examinar unicamente o aspecto da proteção ao técnico sob o ponto de vista material. E preciso que o Governo dê também a garantia de que vai receber o cientista como cidadão; de que não vá interferir no seu trabalho, nem fazer com que ele não possa dormir descansado em casa, ou que ele venha a envergonhar-se de testemunhar fatos como os que aqui estamos sempre presenciando! É fundamental para o trabalho de cientistas, de artistas e de intelectuais que se crie um clima de segurança. Não a segurança que zela unicamente pelas finanças daqueles que vivem à sombra do Governo, mas a segurança para cada lar, para cada trabalhador para cada consciência! Assim, eu tomaria a liberdade de sugerir a Vossa Ex.^a que, em seus contatos com as autoridades do Exterior que é homem de grande sensibilidade humana; mas que, quando V. Ex.^a estivesse com outras autoridades, independentemente de ver a parte material e a parte de legislação capaz de adequar o cientista a trabalhar com eficiência, a ele desse também a garantia de tranquilidade, sob o ponto de vista moral, ideológico espiritual, enfim, porque V. Ex.^a sabe que um cientista, de modo geral, é um homem acima das camadas gerais, comuns. E homem de sensibilidade maior do que o homem comum; sabe da responsabilidade daquilo que está fazendo, das consequências que advirão para a humanidade, do seu trabalho; não se sujeita a ser instrumento da opressão, ferramenta daqueles que querem levar a humanidade para o obscurantismo. Acho, pois, difícil, mesmo que nadássemos em dólares, mesmo que tivéssemos possibilidade de pagar em ouro os cientistas que para lá acorreram, trazê-los de volta se não apresentarmos um clima de decência, de respeito humano, nas relações da vida interna brasileira.

O Sr. Eurico Rezende — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. ARNON DE MELO — Tem o aparte o nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende — Perdôe a mim e ao eminente Senador Mário Martins estarmos tão cedo desapropriando o fascinante discurso de V. Ex.^a. Mas a pertinência do eminente colega da Guanabara é sempre de caráter oposicionista e não perde qualquer que seja a oportunidade, principalmente quando essa oportunidade é honrosa, por se tratar do discurso de V. Ex.^a, de provocar estas guerras ao Governo Federal. O Sr. Mário Martins, data venia, está dando uma interpretação ou deformada ou passionizada dos fatos. O Brasil não importou os cientistas que existiam na Alemanha, ali perseguidos pelo regime de Hitler ou então tangidos pelas consequências da guerra, porque não quisemos. Não os trouxe para os seus cidadãos, de respeito à liberdade, às pesquisas dos seus ci-

tos, de instalações, de recursos técnicos...

O Sr. Mário Martins — Na ocasião não havia democracia, era uma ditadura também!

O SR. EURICO REZENDE — ... não havia recursos financeiros. O eminente Senador Mário Martins sabe — até eu sei — que a empresa industrial mais cara, hoje é a empresa de exploração nuclear. A exploração nuclear nos Estados Unidos, depois de quarenta anos de prosperidade contínua, causou a inflação. A grande nação do norte, hoje, experimenta numerosas consequências da inflação. Na composição dos fatores geradores da inflação, está aquela extraordinária exploração da energia nuclear. O Brasil não tem, repito, recursos para a exploração nuclear.

Temos t-ela, dentro em breve, porque de algum tempo a esta parte — e faço justiça ao Governo do Senhor Juscelino Kuitcsnek — os governos brasileiros se vêm preocupando com o progresso tecnológico. Mas, em termos orçamentários, estamos ainda nos cuernos da infância para a era nuclear. De modo que este reajuste de que não há segurança para o cientista, dado o conceito que tem do que seja subversão do que deve ser segurança, porque paira sobre as camadas gerais e rotineiras da população, não procede porque é insensível quanto aos interesses nacionais ante aquilo que deve ser e não deve ser feito. Não é privilégio de cientistas e sim dever de qualquer pessoa, do comerciante do palmarinar, do advogado, do engenheiro, do homem comum. A afirmação reiterada de que foi a Revolução que afugentou os cientistas do Brasil não procede. Lembro-me de que o primeiro cientista que se destacou neste País, que procurou trazer para nós o encantamento, o fascínio e o descontentamento da era nuclear foi Cesar Lattes em São Paulo. Já naquela época, em Governo perfeitamente democrático, Governo que não era da Revolução atual, ele se sentiu desiludido e chegou a sair do País. De modo que volto a dizer: o Senador Mário Martins, quando estiver reclamando o milagre do alastramento da exploração nuclear, neste País, deve trazer também o milagre do Orçamento nacional. Uma coisa é querer e outra coisa é poder. Consiça a honrada oposição os recursos necessários ao surgimento dessa era e estaremos aqui, não só para bater palmas mas também, e principalmente, para entear os hinos do nosso agradecimento e da nossa gratidão.

O SR. ARNON DE MELO — Muito obrigado ao nobre Senador Eurico Rezende pelo aparte.

O Sr. Mário Martins — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELO — Com prazer.

O Sr. Mário Martins — Apenas para lembrar, nobre Senador, ao Vice-Líder do Governo que quem sustentou o mesmo ponto de vista não foi homem da oposição nesta Casa. Vossa Excelência deve recordar de que foi em conjunto, a maioria dos cientistas da França que enviou um telegrama ao então Presidente Castello Branco, solicitando condições para que os técnicos e os cientistas brasileiros pudessem atuar no Brasil e condenando a discriminação feita contra aqueles que, pensando, contrariamente ao Governo, eram obrigados a sair do País para procurar entidades estrangeiras. De modo que não foram os comens da oposição no Brasil, foram as maiores sumidades científicas da França que, oficialmente, dirigiram ao Presidente Castello Branco, neste sentido, um apelo sem resposta, até hoje.

O SR. ARNON DE MELO — Nobre Senador Mário Martins, no decorrer do meu discurso V. Ex.^a, verá, com alegria para mim pela velha admiração que lhe tenho, que suas perguntas, tanto quanto me seja possível, serão respondidas.

Dizia eu que a Mensagem do Senhor Presidente da República dedica um capítulo especial à pesquisa científica e tecnológica, o que ocorre pela primeira vez no Brasil.

(Retomando a leitura)

Evidentemente, o que aí se anuncia não é o necessário, mas é o que pareceu possível a S. Ex.^a. "Não nos poderia fazer milagres" — diria o Sr. D. Pedro, o Sr. Presidente da República. Mas S. Ex.^a sabe que o povo julga o homem de Governo não pelo que faz mas pelo que ele, povo, espera seja feito.

E o povo brasileiro, que de tudo necessita há anos sem conta, espera tudo dos seus governantes, especialmente dos recém-chegados ao poder, pois vê na mudança um sinal de melhores dias enquanto a permanência lhe dá a certeza de que as coisas continuarão como vão. Grande, mas responsabilidade assumiu o Sr. Presidente da República, — e bem percebemos que S. Ex.^a, esta com clareza e discrição — mas quanto às suas palavras de candidato e de Chefe da Nação correspondem às esperanças do povo. Mas estas — não nos devemos esquecer nunca — só podem ser satisfeitas com o "povo" saber, as novas experiências e as novas verdades do século da ciência.

INGENUIDADE DOS RETRÓGRADOS

E, realmente, ingenuidade dos retrógrados, sempre revoltados contra os novos tempos, talvez em de-é-las, como se fosse possível datar o crescimento das crianças ou das árvores.

Não há necessidade de citar as razões para comprovar que desenvolvimento econômico e social corre paripasso com desenvolvimento científico e tecnológico. Mas vale a pena referir que os Estados Unidos de 1900 e o Japão da década de 80 só alcançaram os altos níveis de progresso de hoje porque apelaram para a ciência e a tecnologia, a começar pela formação do seu pessoal. Mantém-se os Estados Unidos na liderança no mundo pelos seus incessantes avanços científicos e tecnológicos. E o Japão, hoje o terceiro país do mundo em produto nacional bruto, depois dos Estados Unidos e da Rússia, é, de mesmo, um produto da tecnologia.

TAREFA PENOSA

Bem compreende a Nação as dificuldades do Governo atual, cuja tarefa é, de fato, extremamente penosa. Os problemas que encontrou são graves e numerosos, e se aprofundam no passado, decorrentes das injustiças sociais e das contradições do regime, tanto quanto dos erros dos homens.

Do ponto de vista econômico, viu-se que em 1963 o custo de vida aumentou em 20% e em 1964 a inflação chegou a mais de 81%, enquanto o produto nacional bruto — que em 1963 era de 2%, depois de alcançar, em ano anterior, a 7,7% — caiu abaixo de 1% no mesmo ano de 1964, e o aumento da nossa população era de 3,3%. Em 1961, o dólar estava a 225 cruzeiros velhos e em 1963 chegou a quase dois cruzeiros velhos. O déficit previsto para 1963 atingia a 80% da receita total da União.

Os nossos débitos no exterior não puderam ser liquidados então e a providência tomada pelo Governo anterior foi obter uma carência de três anos, prorrogando-os para 1967 e reescalando-se os pagamentos. Ao atual Governo coube, assim, esse pesado encargo financeiro, e já no ano

precisando despendeu para amortizar os milhões de dólares e agora se prepara para soldar em 1968 mais de 200 milhões de dólares.

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Ex.^a acrescentar, nessa quadro estatístico que retrata a realidade brasileira de então, um outro fator. Além de a oportunidade de debater o assunto com o eminente Senador José Ermírio. E a questão dos

O Sr. ARNON DE MELLO — Então, incluídos nesse seiscientos milhões de dólares.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a está enganado.

O Sr. ARNON DE MELLO — É informação que me foi dada, hoje, pelo Ministério do Planejamento.

O Sr. Eurico Rezende — Mas essa estatística de V. Ex.^a e de quem?

O Sr. ARNON DE MELLO — Em 1967, o Governo Costa e Silva pagou seiscientos milhões de dólares, incluídos os swaps.

O Sr. Eurico Rezende — Incluídos os swaps?

O Sr. ARNON DE MELLO — Exatamente, Senador. A informação foi por mim obtida hoje, às dez horas, no Ministério do Planejamento.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a está me dando uma informação falsa, porque eu tinha informação em sentido contrário. E mais: o Governo atual não está realizando a operação de swaps, que era para alimentar o capital de giro.

O Sr. ARNON DE MELLO — O Governo atual pagou os swaps feitos em épocas anteriores.

O Sr. Eurico Rezende — Não foi o Governo revolucionário que inventou os swaps. Encontrou-os, liquidou-os e cessou imediatamente as operações.

O Sr. ARNON DE MELLO — O primeiro Governo revolucionário, em virtude de dificuldades financeiras que encontrou, conseguiu a prorrogação dos débitos da União no exterior para 1967.

(Lendo)

OBRA DO POVO

A Nação compreende, ademais, que não se pode modificar em pouco tempo mentalidade adocada em um estado de coisas mantido por tantos anos. É esta mentalidade de rotina e este estado de coisas conformista que adiam a execução dos propósitos do Sr. Presidente da República, — como no caso do retorno dos cientistas sobre o qual se fez uma cordina de silêncio — estabelecendo perigoso intervalo entre as palavras de S. Ex.^a e a ação do Governo, e geram, vez por outra, atos e medidas destoantes da filosofia oficial, dentro da qual a austeridade na luta contra a inflação não exclui, antes, aconselha e pede o empenho em favor do progresso.

Para alcançar os objetivos desenvolvimentistas, o primeiro passo a dar é vencer quanto antes essa mentalidade e esse estado de coisas, e isso só se consegue através da mobilização popular. Governo é o que não age com eficiência se o ampara o apoio do povo. Já tendo exercido o Governo do meu pequeno Estado, sei bem da importância da participação do povo nas inspirações e no bom êxito das ações do governo. Não é preciso ressaltar como tem sido impressionante o papel do nosso povo nas definições e decisões em face dos maiores problemas da nacionalidade. Eventos fundamentais da História do Brasil são obra do povo, e não das elites. Recorde-se que o século XVIII era o tupi a língua falada no Amazonas e em outras partes do território nacional. Quantos dialetos africanos não se falaram no Brasil? E quem, senão o povo,

tornou tchambô entre nós, ou a língua sob o povo que se deu o alargamento dos nossos limites, a mameluço e mangué que se cultivavam, tenebrosos, monâmicos, imbatíveis, pelas florestas espessas e cerradas. A ordenação jurídica das nossas fronteiras foi de Rio Branco, a ampliação do nosso território foi obra do povo, como obra do povo foi a unidade nacional, a integração, a língua, a religião católica, o elemento da nacionalidade, diz Gilberto Freyre. Tanta coisa assim, de tão excepcional importância para o nosso futuro, tudo isso, que nos edificou, consolidou a nossa extensão territorial e nos constituiu em Nação, ao lado de uma América Espanhola dividida e subdividida em latifúndios, não foi obra das leis mas do povo.

HORA HISTÓRICA

Vive agora o Brasil uma hora verdadeiramente histórica, uma hora decisiva e dramática, esta em que ele pode sair do subdesenvolvimento degradante em que jaz, desde que se dissonha a queimar etapas através dos instrumentos dos novos tempos. A causa é do povo, e de seu apoio precisamos nós, que temos a responsabilidade do Governo. S. Ex.^a o Sr. Presidente da República quer o desenvolvimento científico e tecnológico, como já o declarou. Cabe ao povo colaborar com ele, colaborar conosco para todos juntos, aceitar os riscos o progresso brasileiro, unidos do entusiasmo mais autêntico, empregada, na sua mais alta expressão, esta palavra que em sua origem grega quer dizer "Deus em nós." E com isso tornamos, por outro lado, oportunidade de mais unir elites e massas, cujo distanciamento é fator negativo para o progresso.

Já Alexis de Tocqueville, que previu há tantos anos a atual compreensão entre os Estados Unidos e a Rússia, citava em seu livro sobre a América do Norte, publicado há mais de um século: "A prosperidade geral favorece a estabilidade dos regimes políticos e muito especialmente a do regime democrático, o qual depende da maioria e, em particular, da maioria da comunidade mais ampla e privilegiada."

MAIS NA ROTINA

Disparado o Governo do apoio popular para missão tão alta, será lançado o ponto morto em que permanecerá quando o mundo dispara nas conquistas da ciência. É dignificação na ação as palavras do Sr. Presidente da República, por certo não se repetirão jamais atos que permitam e dificultem a marcha para a frente, a exemplo do decreto número 63.131, ato de somenos mais que vale a pena citar para termos ideia de como a rotina, desaparecida dos altos e verdadeiros interesses nacionais, mais se preocupa com o menor e o trivial do dia-a-dia do que com o todo e o amanhã da Nação.

A reunião dos cientistas brasileiros em Washington realizou-se no dia 2 de setembro de 1967. Pois bem, lá no dia 11 de setembro, três dias depois, foi aqui baixado o decreto nº 63.131, publicado no "Diário Oficial" do dia 12-9-1967, no qual se lê que se nomeia "os brasileiros que residam há mais de 5 anos no estrangeiro, podem transferir para aqui seu domicílio e residência, trazer objetos de seu uso."

Ora, pelas estatísticas americanas, vemos que, entre 1963 e 1966, entraram nos Estados Unidos 470 cientistas brasileiros, número que, somado ao de 1967, se estima irá além de 600. Todos esses cientistas, e mais os que se encontram na Europa — e dos melhores, entre eles muitos dos duzentos e tantos professores que em 1965 se demitiram da Universidade

de Brasília — e a não dizer imensas porções de volta ao Brasil.

O Sr. Mário Martins — Não, Vossa Excelência, que a maioria de Brasília? Isso foi a expressão que V. Ex.^a usou?

O Sr. ARNON DE MELLO — Que se demitiram ou foram demitidos.

O Sr. Mário Martins — E aqueles que se demitiram e fizeram compulsoariamente, em virtude de terem sido convocados pela política política e militar daqui, submetidos aos maiores vexames. E acaba em retirando-se do Brasil, com graves prejuízos para a cultura brasileira, o que foi o desmoroamento da Universidade de Brasília.

O Sr. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, nobre Senador Mário Martins, pelo seu aparte.

(Retomando a leitura)

Como vender o que possuem lá fora, certamente por preço inferior, virem para cá de mãos abanando e aqui precisarem comprar tudo de novo? É muito alto este preço que o Brasil lhes cobra ao mesmo tempo que se diz interessado no seu retorno: desprezar-se dos valores que ao longo dos anos adquiriram para sua lar ou, para conservá-los, pagar aqui na Alfândega uma fortuna de imposto — o que equivaleria a comprá-los de novo.

Falei ao Sr. Ministro da Fazenda para reduzir de cinco para dois anos o prazo estipulado no decreto número 63.131 e S. Ex.^a, me disse que havia o inconveniente dos bolsistas também quererem usufruir os mesmos direitos. Quantos bolsistas brasileiros existem lá fora? Cem, quinhentos, mil? Ainda considerando a hipótese, que parece mais preocupar o Senhor Ministro da Fazenda, de que trouxessem automóveis, o que é possível mas não absolutamente certo, valeria ou não a pena a endê-los pelo bem do futuro do país?

Nobres Aparentes

O Sr. Mário Martins — Permite-me V. Ex.^a, um outro aparte?

O Sr. ARNON DE MELLO — Pois não.

O Sr. Mário Martins — Vossa Excelência, com muita precisão, mostra ao mesmo tempo o que é a eficiência burocrática, defendendo e nos dá uma demonstração do trabalho da, contra o Brasil, no caso da possibilidade do retorno dos cientistas, que tenham que pagar os direitos alfandegários dos seus objetos, voltando antes de cinco anos. Vossa Excelência sabe que o Governo do qual foi líder o nobre Senador Eurico Rezende — o Governo Cassio Branco — foram assinados convênios, a revelia do Congresso, com entidades, norte-americanas. O Senador Eurico Rezende quando se fala em tecnologia e ciência enquadrando tudo no campo Físico Nuclear, mas estamos falando de cientistas de técnicos de um modo geral. Esses engenheiros norte-americanos que vêm trabalhar no Brasil, inclusive para pavimentar estradas, pelos convênios têm o direito de trazer todos os seus pertences. Aquilo que se leva ao Brasil ao retornar ao seu país, se concede ao norte-americano. De modo que um outro fator leva o cientista e o técnico brasileiro a se afastar do País: é que ele está sofrendo uma concorrência desleal dentro de sua própria Pátria, porque o Governo do Brasil assinou convênios prejudiciais aos técnicos e cientistas brasileiros, favorecendo, exclusivamente, a técnicos estrangeiros.

O Clube de Engenharia fez uma série de denúncias gravíssimas nesse sentido. Devo declarar que estive presente quando houve a posse da nova Diretoria e se divulgava um livro de engenheiro brasileiro denunciando tais fatos. Na ocasião, o Ministro Mário Andreazza recentemente enfiado,

estava presente também e fez um discurso laudatório sobre o assunto, quando se encontravam o Senador Eurico Rezende e o Senador Mário Martins. Deputado da Câmara dos Deputados, Senador Eurico Rezende, disse: "É preciso que o Brasil se espelhe no futuro e se abra ao futuro do Brasil, neste sentido". Como que promete estar incorporando a todos os brasileiros. Enquanto criam dificuldades para o cientista ou bolsista brasileiro voltar ao País, abrem facilidades para o estrangeiro, do norte americano, vir trabalhar no profissional brasileiro e os emissores, desde que tenham qualquer financiamento norte-americano na entidade aparentemente norte-americana, estabelecem vantagens, privilégios, favoritismos, em favor do norte-americano e em detrimento dos brasileiros.

O Sr. ARNON DE MELLO — Esse propósito, Senador Mário Martins, também pretendo falar em outra tribuna. Tenho dados importantes sobre o assunto.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a vai-me permitir completar aqui a interlocução triangular. Eu antes, encontrava em regime de dúvida, agora essa dúvida se transforma, no mínimo, em perplexidade. Tenho ouvido pronunciamentos, nas vozes de algumas colunas da imprensa, nas páginas da televisão, e também em discursos neste Casa e na outra Casa do Congresso, de eminentes homens. Oposição, entre os quais devo mencionar o Senador José Diniz e o ilustre Senhora Deputada Ivo de Vargas, um no Senado e outro na Câmara, elogiando o Governo Federal porque este vem criando restrições àquele que S. Ex.^a chamavam de concessões nos Estados Unidos. Esses eminentes parlamentares, ao mesmo tempo, por exemplo, a atitude do Governo Federal no que diz respeito a questões de fretes em outro ponto triangular no que concerne a política nuclear e também quanto à questão do caso solvel. De modo que não sei se inclino, em termos de ocasião, as palavras do eminente Senador Mário Martins ou se me inclino os pronunciamentos lícitos do eminente Senador José Diniz — e não vou a S. Ex.^a — que, depois de meses de combate incessante ao Governo, na opinião de S. Ex.^a, encontrou oportunidade de verificação que o Governo atual pratica atos na defesa de maior interesse nacional no plano internacional.

O Sr. Mário Martins — O Governo atual, não fez nada a respeito do Governo passado.

O Sr. Eurico Rezende — Mas Vossa Excelência faz referência a um Governo que passou, o que não devia fazer no caso.

O Sr. Mário Martins — Não, pois que seus atos permanecem.

O Sr. Eurico Rezende — Não sei declarar que V. Ex.^a tivesse referência a atos de um Presidente que morreu.

O Sr. Mário Martins — Não se trata disso, trata de atos que permanecem vivos.

O Sr. Eurico Rezende — A não ser que V. Ex.^a esteja procedendo como barbaqueiros do Volga, andando pelas ruas, mas puxando a barra para a frente. Se é assim que V. Ex.^a entende, estou de pleno acordo com V. Ex.^a há, porém, uma contradição evidente entre o que V. Ex.^a diz e o que disseram outros brasileiros (também da oposição).

O Sr. Mário Martins — Eu não já reconheci, na batalha da casa dos freios, os méritos do atual Governo, mas não estamos falando de café nem de fretes e sim falando de tecnologia e de ciência. Deputado de campo fiz alusão ao Clube de Engenharia, em que ficou provada a discriminação feita no Governo passado. Contratos que ainda permanecerão

discriminação contra profissionais, em favor de profissionais não.

R. ARNON DE MELLO — Multo obrigado aos apurados dos Senhores Senhores. O Sr. Arnon de Mello, pelo contributo e pelo que trazem ao meu discurso. **R. José Ermirio** — Obrigado V. Exa. aparte?

R. ARNON DE MELLO — Com

R. José Ermirio — Gostaria de ar a V. Exa. o seguinte: a herança que precisa ser corrigida, representada pelas coisas n.ºs 276 e 289, que levam a grandes imensas as firmas estranhas instaladas no Brasil. O Sr. Arnon de Mello, a que é uma grande coisa, pois a de ordem total e sim parcial, a que observamos os bancos Banco Central, que saem todos os meses. A Instrução 276 e que trata a vinda de equipamentos, recém-pintados, para o fim de um preço novo. Essas duas leis precisam ser modificadas, a que o Brasil cresça e se desenvolva com igualdade de direitos para os brasileiros.

R. ARNON DE MELLO — Multo obrigado a V. Exa. nobre Senador Ermirio. Como eu a dizendo, presidente, pedi ao Sr. Ministro a redução que reduziu, para dois o prazo de cinco anos do decreto 134, a fim de que os cientistas residentes no estrangeiro para aqui voltassem, pudessem os seus objetos de uso pessoal profissional. S. Exa. declarou que, os bolsistas iriam ter as mesmas vantagens e regalias que os outros. Mas por mais que fossem estes, poderiam, evidentemente, ser seus interesses do Brasil em tornar, o quanto antes, esses coisas.

Se o automóvel importado de hoje, de qualquer maneira alto de importação, não seria o mesmo por demais vantagens ao Brasil? O caso, insubstituível a extrema piquinês, vale realmente como índice de um estado de que não pode perdurar.

Se todas as nações precisam disputar cientistas estrangeiros, nós, Sr. Presidente, tanto ou que elas necessitamos deles.

R. Aurélio Vianna — Permite-me um breve aparte?

R. ARNON DE MELLO — Pois nobre Senador Aurélio Vianna, Sr. Aurélio Vianna — Estima-se que seria de esturruar, se cada outro país. E' que o Chefe da Divisão de Orçamento da Comissão Nacional de Energia Atômica, Uzeda, informou a imprensa que um só cruzado do Orçamento de 1963 foi recebido, até agora, pela Comissão de Energia Nuclear, órgão recém, sob seu controle, a totalidade da pesquisa atômica no Brasil a proposta financeira teve em de mais de 50% no Ministério Planejamento. Declarou ainda:

projeto mais atingido com o correto, foi justamente o de Pesquisa, de um pedido total de 25 milhões, só recebeu dotação de Cr\$ 9.663,00 verba ainda retida pelo Ministério da Fazenda. Outro projeto, para instalação de laboratório de tratamento de urânio e tório considerado de grande importância para a indústria — foi simplesmente deixado de lado. E de sua declaração, S. Exa. concluiu: muitas vezes até deixamos de fazer um trabalho de importância, e o temor e a insegurança de nós com que lidamos.

Se a "X" do problema — seis cientistas brasileiros fora do país, se voltarem para o Brasil, não tinham campo para a utilização da capacidade de pesquisa e cria-

dora. Os professores formam especialistas e estes têm que emigrar, porque, lá fora, encontram, como bem diz V. Exa., campo propício às suas atividades. Ora, ao mundo nós proclamamos e o Governo do País também, que estamos dispostos a enfrentar o problema da pesquisa e do uso da energia atômica para a paz, e no entanto, tudo é esmagado, através de declarações desta natureza.

O SR. ARNON DE MELLO — Multo obrigado, nobre Líder do MDB, pelo seu aparte.

(Retomando a leitura):

CIENTISTAS ESTRANGEIROS

Claro que todas as nações precisam e até disputam cientistas estrangeiros, e nós tanto ou mais que elas necessitamos deles. No entanto, tudo fazemos para dificultar-lhes a entrada em nosso país. O cientista estrangeiro que aqui chega e traz objetos de uso pessoal e profissional, só tem isenção para objetos de uso pessoal ou profissional, só tem isenção para objetos de uso pessoal ou profissional no valor de duzentos dólares, de acordo com o artigo 1º do Decreto nº 63.134, de 11-9-1967. E depois de pagar imposto por objetos de uso profissional, os quais, afinal, interessam especialmente ao Brasil, não lhes concedem nem mesmo o direito à livre docência — exatamente o contrário do que acontece nos outros países, onde todas as portas se abrem aos cientistas que desejem para eles transferir-se.

Anote-se que a Embaixada do Brasil em Washington chegam oferecimentos de músicos, químicos, biólogos, cientistas enfim, dispostos a trabalhar no Brasil, animados, para transmitir-nos seus conhecimentos, do mesmo espírito da missão daqueles missionários que levam aos confins do mundo os ensinamentos da sua religião. Li cartas de um físico norte-americano de alta qualidade, o Dr. David W. Neil, e de graduados de países latino-americanos, entre estes a Guatemala e a Nicarágua, interessados em vir para o Brasil.

Assim, seria talvez possível transformarmos o "brain-drain" em "brain-gain", e para isso se impunha conscientizar-nos da importância, melhor diria da necessidade absoluta de contarmos com essa fabulosa cooperação. Mas os fatos evidenciam que estamos muito longe de tal consideração. E' de pasmar, e é verdade: em 1957, aqui veio o professor Escande, a maior autoridade do mundo em energia solar, para promover no país a utilização desta. Como se sabe, pequenas pilhas solares já hoje substituem pequenos motores diesel e produzem material eletrônico. Já se emprega a energia solar para geladeira, telefone, cozinha, demarcação de campo de aviação. Apresentado o Professor Escande por um nosso cientista a governante brasileira, este respondeu ao nosso cientista: "Não perco meu tempo, não acredito".

O Professor Luis Delockzy, Chefe do Serviço do Instituto de Geologia da Hungria, chegou ao Brasil em 1956. Católico, deixou o seu país por ocasião da invasão soviética. Foi aqui contratado com 1.000 dólares por mês pela CAGE, agora extinta porque se incorporaram as escolas de geologia às universidades. Entusiasmado com o nosso país naturalizou-se brasileiro. Mas qual não foi sua surpresa ao verificar, no fim do mês, que seus vencimentos haviam sido reduzidos a 400 cruzados novos, porque este é o teto estabelecido pela lei para pagamento a professores brasileiros! — Então — disse o Professor Delockzy — é este o prêmio que tenho por haver escolhido o Brasil para minha segunda Pátria?

Enquanto assim procedemos, indiferentes, desinteressados do concurso que de cientistas brasileiros quer de estrangeiros, não eles comumente convidados a se naturalizarem cidadãos do país onde trabalham, e disputados no mercado mundial de cientistas, no qual o que se adquire, contratando-os é a criatividade, e o que se compra é o futuro.

Os Estados Unidos precisam de cem mil cientistas por ano, e produzem sessenta mil. Importam trinta mil, com o que economizam três bilhões de dólares, pois se formassem trinta mil cientistas gastariam talvez mais que isso.

FORÇAS DE VANGUARDA

Sr. Presidente, Srs. Senadores

E' motivo de orgulho para nós, brasileiros, a presença dos nossos cientistas no mundo afora, forças de vanguarda da nossa ciência, linha avançada das nossas possibilidades de desenvolvimento. Grande é realmente a importância da maioria deles nos países onde atuam. Mesmo os países mais adiantados em ciência e tecnologia, confiam-lhes graves responsabilidades em setores oficiais e privados. Na Europa e nos Estados Unidos, encontram brasileiros como mestres em várias especialidades, lado a lado com as figuras exponenciais da inteligência e da cultura do mundo.

O Chefe do grupo de antenas do projeto Apolo, nos Estados Unidos, era brasileiro, de S. Paulo. Em Grenoble, na França, como um dos dirigentes do grande centro de Estudos de Energia Nuclear ali instalado, estava também um físico brasileiro, José Israel Vargas fundador do Instituto de Pesquisas de Belo Horizonte e professor da Universidade de Minas Gerais. Informam-me que esse cientista foi chamado ao nosso país pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, mas nada se decidiu sobre a sua permanência aqui.

Na Escola Politécnica de Paris, encontra-se Roberto Salmeron, físico nuclear, que por mais de dez anos trabalhou no CERN, em posição de mais alto destaque.

Pedro Buarque de Macedo, físico, especialista em vidro, é consultor da Marinha dos Estados Unidos, para o submarino de vidro que ela está construindo. Vale destacar a descoberta para a qual trabalhou esse brasileiro: o vidro, já hoje substituindo o ferro e o aço, se tornará em breve flexível, podendo ser dobrado, e assim utilizado nos parabrisas dos automóveis e na catedral de Brasília.

Pelas Universidades americanas, espalham-se homens de ciência do Brasil, que, reunidos, poderiam constituir a maior Universidade do mundo.

AS RAZÕES DO EXODO

Muito se tem falado e escrito sobre a emigração dos nossos cientistas para os Estados Unidos e a Europa mas pouco se tem dito das verdadeiras razões que a determinaram. Não se pode atribuí-las apenas aos melhores ordenados. O cientista, dominado pelo empenho de descobrir, de investigar, de ver além do visível à época, não pensa em ganhar muito e muito menos em enriquecer. Ele precisa, naturalmente, para produzir mais e melhor, de segurança para sua família, de modo a poder pagar, com os seus vencimentos, as contas de fim de mês, os colégios dos filhos enfim, as despesas naturais do lar. O mais, do ponto de vista pessoal, é para ele secundário. Sua vida resume-se ao laboratório, às pesquisas que lhe tomam todas as horas, do dia e da noite. O que o obsorve e lhe empolga as atenções é a paixão da descoberta.

Na. Il. porque não é possível pesquisar em um laboratório em regime que não seja de tempo integral.

O cientista não trabalha só na pesquisa. E' principalmente um professor de nível pós-graduado. Uma parte do seu tempo é dedicado à pesquisa pura. Outra parte ele dedica à condução de alunos pós-graduados, fazendo pesquisas, conduzindo seminários ou trabalhos práticos.

Se as nossas Universidades tivessem tempo integral, eles podiam exercer e realizar seus trabalhos de pesquisa com atividade didática, pois as duas coisas estão intimamente ligadas.

Não é possível, evidentemente, considerar o pesquisador como faz o DASP, dentro das exigências do horário e ordenado do funcionário público. Enquanto este pode dedicar-se a outros afazeres, que lhe aumentam a receita mensal, o cientista, como, aliás, o militar, restringe-se exclusivamente ao seu ordenado, e na sua atividade fundamental emprega todos os minutos.

O pesquisador que dispersa suas atenções em mistérios diversos reduz fatalmente sua capacidade de produzir. A criatividade exige tanto o tempo integral como o pensamento exclusivo, e ele de concentrar-se numa única ocupação e objetivo, e não diluir-se por vários, para o melhor resultado e eficiência de seus trabalhos. Não fosse assim, e Arquimedes de Siracusa não teria sido Arquimedes, pois nem mesmo foi num laboratório ou gabinete de estudo mas quando tomava banho, inteiramente absorvido nos suas preocupações de investigar se a coroa do Rei Helião era toda feita de ouro, que descobriu o princípio da hidrostática. Notou que seu corpo dentro da água se tornava mais leve, saiu nu em pélo para a rua, gritando "Heureka! Heureka!" (Descobri! Descobri!) E não foi num momento de concentração, no jardim, que Newton, observando cair uma maçã, imaginou as leis da gravitação universal?

CONDIÇÕES DE TRABALHO

O problema da remuneração dos cientistas no Brasil é aliado ao problema da impossibilidade de se manterem válidos, em pleno vigor criador, sem os meios de vida correspondentes às suas necessidades mínimas. Precisando acumular dois e três empregos, ou mais, para a manutenção própria e da família, entra o pesquisador em estagnação e dentro de poucos anos se torna inútil. Por essa razão, isto é, para evitar a estagnação e a inutilidade, e não para ganhar ordenados mais altos, é que muitos cientistas brasileiros deixam o país. Faz-se pois, indispensável, livrá-los de preocupações que o distraiam do seu empenho de pesquisar e descobrir. E garantida, com um ordenado suficiente, a tranquilidade financeira para manter modesta e dignamente a sua família, contém com os necessários elementos de trabalho, o equipamento que lhe permita o desenvolvimento de suas pesquisas.

Quando estive no Quai D'Orsay, em Paris, perguntei a um dos responsáveis pela política nuclear francesa, porque a França cuida no momento de construir um outro acelerador de partículas atômicas de 46 bilhões de elétrons-volts, quando é co-proprietária do Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN), que fica em território franco-suíço e está instalando um novo acelerador de partículas de 300 bilhões de elétrons-volts.

E' para dar aos nossos cientistas meios de trabalho, porque, do contrário, eles emigram — respondeu-me.

Naturalmente por isso não tem a França o problema do "brain-drain".

volter ao Brasil. Era grande a sua
vontade de trabalhar e permane-

ser no Brasil. Voltamos a procura-
mos trabalhar com dedicação mas
vimos nossos esforços mal sucedidos
e frustrados. Não encontramos abso-
lutamente condições para trabalho.
Terminamos por desistir do nosso
intento de ficar, e saímos novamen-
te. Por esse motivo, encontramos-nos
no exterior. Principalmente até 1960/
1961, um grande número de cientis-
tas voltou ao Brasil, e houve, na-
quela ocasião, uma bela oportuni-
dade de ser dado um grande impulso à ci-
ência. Nos anos de 1961-1964, e so-
bretudo em 1963 e 1964, a situação
degenerou de tal modo que a grande
maioria dos aqui presentes se viram
forçados a deixar o Brasil nessa
época."

Anote-se a data em que se fez
maior o êxodo dos cientistas, antes
de 1964. Isso comprova que, ao con-
trário do que tenho ouvido, os nos-
sos cientistas não deixaram o país
forçados porque comungassem idéias
esquerdistas.

DRAMA DO CIENTISTA BRASILEIRO

Vive o cientista brasileiro um ver-
dadeiro drama no exterior. Se, por
exemplo, os Estados Unidos o aten-
dem na necessidade de segurança
financeira, não o satisfazem na ne-
cessidade psicológica básica, pois ele
se acha supérfluo em meio à gran-
de quantidade de profissionais de
alta qualidade que lá trabalham.
Enquanto isso — disse-me um deles —
sentimos que o Brasil precisa de
nós, sentimos que o nosso lugar é no
Brasil. "E outro assim me fala: "é
engano imaginar que a ciência não
tem Pátria. O lugar do cientista
brasileiro é no Brasil, formando
brasileiros."

O Sr. Eurico Rezende — Houve-
me V. Ex^a com outro aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — pois
não, com satisfação.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.
acaba de dar a medida exata da im-
possibilidade de meios dos cientistas
permanecerem no Brasil. Cita o pe-
ríodo mais crítico da economia bra-
sileira que é o eixo 1963-64. Nessa
fase, a taxa de inflação era de 84% e
o Brasil, no campeonato internacio-
nal de inflação, só perdia para a In-
dônésia que, naquela época, apresen-
tava uma taxa de 100%. Então o
País, com essa taxa inflacionária,
não podia realmente oferecer meios
técnicos e recursos financeiros para
o exercício pleno e satisfatório da-
queles profissionais. Vê V. Ex^a que o
motivo — como quis fazer crer o
eminente Senador Mário Martins e
repetindo aquilo que vem se dizendo
neste País — não é de ordem polí-
tica, ou de natureza de perseguição
militar; é a fatalidade econômica
que naquela época açoitava o Bra-
sil, estrangulando várias vocações e
várias oportunidades de desenvolvi-
mento econômico.

O SR. ARNON DE MELLO —
Muito agradável, nobre Senador
Eurico Rezende, pelo seu aparte

Os nossos cientistas têm, na sua
maioria, espírito místico e grande
poder de sobrevivência, e anseiam
por realizar-se e realizar dentro do
país.

"Será isso uma das maiores fa-
lácias da nossa vida?" — diz um
deles. E mais: "Uma coisa é essen-
cial: a necessidade que encontramos
dentro de nós mesmos, uma verda-
deira mística de desenvolver no Bra-
sil a ciência básica e a tecnologia,
para que possamos defender o futu-
ro do nosso país e transmitir aos
nossos filhos no Brasil realmen-
te grande. O cientista que volte deve
considerar o país uma trincheira em
que luta pelo seu destino. A opção
é para eles: está marginalizado nos Es-
tados Unidos ou essencial no Brasil.
Formam lá fora técnicos e pesqui-

sadores, e o seu sonho é formá-los
no Brasil:

"Se nós tivéssemos o privilégio de
estudar e aprender, de ver e sentir as
possibilidades do presente e do fu-
turo, nossa maior ambição é transmi-
tir aos jovens brasileiros os nossos
conhecimentos."

ENXOTADOS

Referiu-me Roberto Salmeron à
sua experiência na Universidade de
Brasília. Quando aqui chegou, os
maiores cursos não eram os de físi-
ca, química ou matemática. Conver-
sou com os estudantes, perguntou-
lhes porque não estudavam as ciên-
cias exatas e mostrou-lhes as extra-
ordinárias perspectivas delas. No ano
seguinte, grande parte desses jovens
estudava ciências, e de tal modo
apaxionadas que jamais faltavam às
aulas e até lhe dattilogravavam e ta-
quigrafavam as lições. "Que extra-
ordinária que é a juventude brasilei-
ra!" — dizia-me Salmeron, emocio-
nado, na França.

Ouçó isso em Paris e depois, em
Washington, anoto estas palavras ex-
traordinárias de outro cientista bra-
sileiro:

"Sentimo-nos desajustados em
outro país. Para resistir à tentação
de voltar, é preciso ter bastante fir-
meza de convicção na consideração
de que melhor servimos o Brasil atua-
lizando os nossos conhecimentos e
aguardando que lá se criem condi-
ções para que, ao retornarmos, pos-
samos ser mais úteis ao nosso país".

O empenho de todos os quase todos
os nossos cientistas emigrados é mes-
mo voltar ao Brasil, que vive nêles,
que "doi" nêles, como diria Eça de
Queirós.

— "Fomos enxotados do Brasil" —
ouvi de alguns. "O Brasil não quer
nada com os seus cientistas" — afir-
mam-me outros. "Somos exilados
aqui dentro" — declaram-me, depois,
os que ficaram.

ANEMICO E DOADOR DE SANGUE

Diz-se-lhe que o Brasil se pode dar
o luxo de exportar cientistas, como
exporta o café. Mas bem ao contrá-
rio é o que se verifica. Fazendo-se
em matéria de cientistas, doador de
sangue às super-potências, às nações
mais ricas o Brasil vive, todavia, em
permanente estado de anemia pro-
funda. Espalhados pelo mundo gran-
des cientistas brasileiros, a alguns
dos quais já deve o mundo 10% das
200 partículas atômicas até hoje des-
cobertas, vivemos, no entanto, em ex-
trema penúria dele: nas nossas mais
tradicionais universidades, na cate-
dram de ciências básicas vãsias, fe-
chadas há anos por falta de profes-
sores e de pretendentes a elas. Na Fa-
culdade de Engenharia da Guanaba-
ra, há por dias ou três vezes se
abrem concursos para preenchimen-
tos de cátedras, e não aparecem
candidatos. A cadeira de Anatomia
da Faculdade de Medicina do Rio de
Janeiro está vaga há quatro anos.
Ninguém pode viver no Brasil como
fisiologista, microbiologista, anatô-
mista, especialista enfim. Na reali-
dade o magistério e a pesquisa estão
se tornando entre nós um privilégio
ou dos ricos que não precisam ganhar
com o seu trabalho para pagar as
despesas do armazém, ou dos loucos
que rasgam dinheiro e não temem a
fome.

Pelas estatísticas de 1955 e 1960,
— note-se bem: de há 13 e 8 anos —
o Brasil formava dois mil engenhei-
ros por ano, e necessitava de dezes-
seis a vinte mil. Hoje, evidentemente,
é precisa de muito mais, ou seja,
além de dez vezes mais. A propor-
ção quase 10 corresponde a engenhei-
ros civis e arquitetos. Para mecâ-
nicos, eletricitistas, metalúrgicos, mine-
ralogistas, geólogos, a proporção é

excepcionalmente maior. Dado im-
pressionante: com a flora fabulosa
que possui, em 1967, o Brasil só for-
nou dois botânicos.

Não é de surpreender portanto, a
recente denúncia de Roberto Burle
Marx, segundo a qual o diretor do
Jardim Botânico do Rio demoliu uma
estufa para em seu lugar fazer um
ponto de estacionamento de automó-
veis, porque a Diretoria de Trânsito
acabou com o estacionamento à mar-
gem da calçada da Rua Jardim Bo-
tânico. Nem é também de surpreen-
der que essências brasileiros saiam
daqui para serem estudadas lá fora e
voltem depois em forma de pilulas. O
Jardim Botânico não tem por finali-
dade o turismo mas o estudo da ta-
ximonia, da fisiologia, da parte quí-
mica das plantas.

POR QUE SOMOS O PAÍS DOS BACHAREIS?

Muito se fala que, no Brasil, não
há diálogo entre o Governo e os es-
tudentes e trabalhadores. Eu gostá-
ria de acentuar aqui a falta de diálo-
go com os cientistas. É fato histó-
rico que a ciência e a liberdade andam
juntas, quantos mais se afirmam os
avanços científicos mais se fortale-
cem as instituições democráticas. O
homem é tanto mais livre, tanto maior
é o seu bem estar quanto mais se
desenvolvam a ciência e a tecnologia
e mais se ampliam as suas conquis-
tas.

Por que, então, o brasileiro não se
interessa pelo estudo das ciências
básicas das matemáticas, da física,
da química, da geologia, da biologia,
da genética, e se concentra no estudo
do Direito? Por que o Brasil é o país
dos bachareis, que entre nós é super-
produção, e não o país dos biólogos,
dos físicos, dos químicos, de que tan-
to carecemos nós e o mundo?

Não é difícil a resposta. Em primei-
ro lugar, formando-nos bachareis em
Direito, podemos nos dedicar a nu-
merosas carreiras, que ou exigem tal
diploma ou não exigem diploma al-
gun. Depois, nada mais fácil do que
se obter matrícula numa Faculdade
de Direito.

Ainda agora, na minha Alagoas, há
vagas na Faculdade de Direito e há
114 excedentes da Faculdade de Medi-
cina! E isso se verifica num país com
um "deficit" de 10.000 médicos e com
2.700 dos seus 4.000 municípios sem
água e esgotos, em péssima situação
sanitária, portanto. Num país onde em
cada 1.000 crianças apenas 550 tem
condições de sobrevivência, quando na
Alemanha Ocidental esse número é
de 974. Mas não precisa ir tão alto:
na Bolívia esse número é de 710 e
na África Ocidental, de 650. Acres-
cente-se que o brasileiro ingere uma
média de 18 gramas de proteínas por
dia, enquanto o uruguaio 60 gramas
e o argentino 50 gramas, e mais de
50% dos nossos patricios vivem em
estado permanente de subnutrição.
Faço um parêntese para frisar que
a energia nuclear resolve o proble-
ma através da irradiação das seme-
lhas e dos alimentos, a qual multipli-
ca a produção das primeiras e con-
serva por longo tempo os segundos.
É acentue-se que sem qualquer pos-
sibilidade de contaminação.

Mas, além das dificuldades para es-
tudar, sem laboratórios onde pesqui-
sar e praticar, o jovem que, vencen-
do todas as dificuldades, alcance for-
mar-se não tem como ganhar a vi-
da na base de seus conhecimentos...

O Sr. Eurico Rezende — Permite V.
Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com
todo prazer.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.
pinta um quadro real do ensino no
Brasil em todos os seus graus. O
Brasil, em confronto com vários países
da América Latina está, digamos as-

sim, sob o ponto de vista da matricu-
la universitária, em termos, digamos
assim, favelados. Veja V. Ex^a na Ve-
nezuela, que tem uma população po-
co superior a treze milhões de habi-
tantes, há 170 mil de universitários
e o Brasil, com 85 milhões de habi-
tantes, tem apenas 150.000 universi-
tários. A universidade brasileira está
muito bem equipada em termos de Rio
e São Paulo. Esta é que é a verdade,
embora outras Universidades ofere-
çam certas condições dignas de aplau-
sos e de reconhecimento. Então, es-
tamos perdendo, em matéria de matricu-
la universitária, em proporção pa-
ra quase todos os países da América
Latina. Dizem que a única exceção
é o Paraguai. Não tenho certeza mas
as crônicas falam isto, que, relativo
o Paraguai, proporcionalmente ao nú-
mero de habitantes, a menor matricu-
la universitária é a do Brasil. E
com uma diferença enorme atera-
dora.

O SR. ARNON DE MELLO — Mu-
ito obrigado, Senador Eurico Rezende,
pelo seu aparte que ilustra bem o meu
discurso. (Lê)

Realmente, com exceção talvez do
engenheiro e do arquiteto, que, no
Brasil, dispõem quase sempre de me-
cadas de trabalho, graduados de ou-
tras especialidades ficam a ver ra-
vios depois que deixam as Faculdades.
As indústrias do país somente produ-
zem a vendem, não se interessam
por pesquisas, e utilizam apenas téc-
nicos de nível médio, embora se sa-
ba que o simples desenvolvimento eco-
nômico cai em ponto morto se não
se nutre da ciência e da tecnologia.
Sem trabalho nos órgãos oficiais e
nas empresas privadas, o jovem gra-
duado brasileiro foge do país como os
flagelados do meu Nordeste, para as
zonas áridas pela calamidade da
seca. E como os flagelados da seca
ficam na esperança de melhorar o tem-
po para voltar a Pátria, técnicos,
físicos.

EXILADOS NO PAÍS

Há o êxodo dos que vão para os Es-
tados Unidos e para a Europa

Mas há também o êxodo dos que,
residentes e teimosos, estudam aqui
vários anos, formam-se em química,
física, matemática, biologia, geologia,
e, não encontrando mercado de tra-
balho para tais conhecimentos, se exi-
lam de sua vocação abandonam a car-
reira a que se dedicaram tantos anos
e em que desperdiceram tanto dinheiro,
e se entregam a outras ativida-
des. Ainda há pouco, numa seleção
de cem corretores de imóveis, promo-
vida no Rio por organização habita-
cional, se encontravam 87 bachareis
em Direito, engenheiros, físicos, quí-
micos.

Mas, pior do que o êxodo dos que
partem para não abandonar a car-
reira que escolheram e lá fora continuam
estudando e se aperfeiçoando para
melhor poderem servir ao Brasil de
amanhã, cujo nome já elevam, pior
do que a situação daqueles que, em-
bora não se exilando do país, se exi-
lam, no entanto, de sua vocação e
abandonam a carreira em que se for-
maram; pior do que a situação desses
todos, é a dos que, não deixando o
país nem deixando a carreira, aqui
ficam frustrados e amargurados, es-
tando-se, dispersando-se em dois ou
três empregos, ou prestando neces-
sidade com ordenados ínfimos e por cima
de tudo sem elementos para tra-
balhar. São exemplos de que não va-
le a pena estudar, não compensa
mesmo, pois não encontram da par-
te do seu país a acolhida necessária.
São exemplos de todo negativos para
a sociedade. Qual o filho de cientis-
ta que, vendo o pai marginalizado, ne-
cessitado, amargurado, quer seguir a
mesma carreira dele?

PROGRESSO E COMPETÊNCIA

Sr. Presidente

O progresso pode competir, e é o conhecimento do mundo e dos instrumentos usados a ele e ao homem. Não podemos desprezar os competentes mas antes considerá-los e estimulá-los. Já refleti aqui a possibilidade que taxativamente impõe sejam nomeados para a Comissão Nacional de Energia Atômica "os mais competentes, os semi-incompetentes os falidos não reabilitados se os condenados pela corte criminal à pena superior à do confinamento".

O desinteresse pela ciência se manifesta no conhecimento de seus avanços e não há força humana que faça um cego ver e muito menos sensibilizar-se pelo que não vê.

Há certo tempo foi publicada uma charge em que aparecia o Brasil ainda habitado pelos índios que, olhando as barbas de Cabral, a aproximarem-se das nossas praias, indiziam: não era melhor que não viessem. Vivemos no campo da ciência e da tecnologia, talvez tão distanciados do mundo moderno quanto os índios no tempo de Cabral. Estamos no Brasil como que alheios, desatentos dos tabuleiros elementares que a ciência e a tecnologia nos proporcionam e sem os quais hoje é impossível promover o progresso.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovino) — Lembro ao nobre orador que seu tempo está esgotado.

O SR. ARNON DE MELLO — Peço a V. Ex.ª Sr. Presidente, mais alguns minutos para concluir pois falta muito pouco.

Pelo do que o atraso econômico é a falta de conhecimento do que se faz lá fora e é preciso fazer aqui. Temos de ganhar consciência da necessidade absoluta de promovermos quanto antes o desenvolvimento científico, tecnológico e nuclear do Brasil.

NÚMEROS ILUSTRATIVOS

Acabam de ser publicados pelo Banco Mundial números estatísticos sobre a situação de desenvolvimento de todas as nações dos cinco continentes, e através deles se verifica o atraso alarmante em que se encontra o Brasil.

Em matéria de produto nacional bruto, estamos no octagésimo sexto lugar no mundo. Enquanto a Argentina tem uma renda per capita de 760 dólares, a Venezuela de 830, o Uruguai de 550, o Chile de 480 e o Panamá de 460, a nossa é de 220 dólares. Estamos também abaixo do Peru, da Colômbia, da Guiana Holandesa, na América Latina; do Gabão, da Líbia, de Uganda, na África; da Turquia, da Albânia, na Europa.

Os nossos 220 dólares por ano, em dinheiro brasileiro querem dizer, ao câmbio atual, 704 cruzeiros, que por mês se reduzem a 59 cruzeiros novos. Eles se perdem se os compararmos com os 3.240 dólares do produto nacional bruto dos Estados Unidos ou 2.150 dólares da Suíça ou 2.130 dólares da Suécia, por exemplo.

E a superioridade do nosso produto nacional bruto em relação aos nossos vizinhos: o Paraguai com 200 dólares e a Bolívia com 150 dólares, precisa ser confrontada com o fato de que as populações desses países são constituídas de 60% de índios primitivos, que não conseguiram falar ainda o espanhol.

Precisamos, para atender as nossas necessidades, de pais com população hoje de 89.400.000 habitantes, de uma taxa mínima de 8% ao ano. Que 5% não satisfazem está provado pelos números. A nossa explosão populacional pede cifra de 1.500.000 empregos novos por ano. Em 1966, tivemos

1966 610, a julgar pelos cartões profissionais que o Ministério do Trabalho expediu. E há mais para o Estado de São Paulo. Ainda 600.000 pessoas a mais devem ser empregadas em 1967. E não chega a 30 milhões o número de pessoas empregadas no país.

Pela menos 30 milhões de brasileiros vivem ainda no estado de economia de auto consumo, isto é, vivem completamente à margem da economia de mercado, não produzindo nenhum excedente econômico para trocar por bens e serviços produzidos por outros. Se nada produzem, morrem de fome. Vivem no estágio econômico mais primitivo que se conhece.

Brasil é um arquipélago de ilhas econômicas ainda não interligadas, entre as quais poucas dispõem de condições razoáveis de vida. Temos realmente a sensação de voltar ao passado remoto quando visitamos determinadas regiões, de tal modo se distanciam elas, pelo atraso, da civilização atual.

Um dos desafios que o Brasil enfrenta — e o Presidente da República — seja dito por amor à verdade — o faz com determinação — é o de progressivamente incorporar à economia de mercado, dando-lhes condições para produzir mais e melhor, a esses 30 milhões de párias da sociedade, forças anônimas marginalizadas. Pelos nossos erros praticados ao longo de tempos imemoráveis.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovino) — Fazendo soar as campainhas — Lembro ao nobre Senador Eurico Rezende de que o tempo do orador está esgotado.

O Sr. Eurico Rezende — Sr. Presidente, serei rápido, assim como uma semilua, no meu aparte. Nobre Senador Arnon de Mello, com muita cordialidade, quero discordar do ângulo pessimista do discurso de V. Exa. A taxa de desemprego baixou, e baixou sensivelmente, neste País. E a opinião da Fundação Getúlio Vargas, V. Exa., não precisa ir longe, porque V. Exa. reside em Brasília com a sua honrada família, e sabe que, na Capital da República, não há desemprego. De um ano a esta parte, não há desemprego em Brasília. Digo isso falando serenamente o eminente Senador Mário Martins (Rios). E justamente, com a sua política habitacional foi que o Governo absorveu grande parte da mão de obra ociosa. V. Exa., consultando as estatísticas oficiais, verá — o Presidente me advertiu e aceito gestosamente a hierarquia de S. Exa. — quando o Governo tem contribuído para atenuação da taxa de desemprego. Todos os órgãos do Governo Federal, antes da existência do Banco Nacional de Habitação, isto é, antes da Revolução implantar a política habitacional do Governo, construíam através de todos os institutos neste país — falando em número redondo — apenas cento e quarenta mil prédios residenciais. A Revolução, ela, só através da política do Banco Nacional de Habitação, até 1967, construiu duzentos e quarenta mil prédios residenciais. Tudo isto, somado a outros fatores que eu poderia enumerar aqui, mas a advertência do Presidente não me permite, tudo isto está contribuindo grandemente, para que se elimine, gradativamente, a maldição do desemprego.

O SR. ARNON DE MELLO — Senhor Presidente, recorro à paciência e à compreensão de V. Exa., porque, pelo menos, metade do meu tempo foi tomado pelos debates com que me honraram os nossos colegas...

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovino) — V. Exa. pode continuar com a palavra, Sr. Arnon de Mello.

O SR. ARNON DE MELLO — Senhor Presidente, em nome dos brasileiros conclamar Senador Eurico Rezende, a assessoria do Ministério da Ciência e Tecnologia para reter o problema habitacional brasileiro que estuda e dele tratará em outra oportunidade. Louvo os esforços do Governo, construindo duzentos e quarenta mil residências, neste País, mas lembro a V. Exa. que o déficit de habitações neste País é de oito milhões e há necessidade, atualmente, além desse déficit, de mil quinhentas e vinte mil.

MEDIDAS EFETIVAS

Medidas efetivas já foram tomadas, como início de um processo de recuperação e integração de áreas do estímulo ao desenvolvimento da Amazônia, e crescimento dos investimentos nas áreas de infraestrutura econômica, principalmente no setor de energia e transporte, o aumento acentuado 30% em 1967 no crédito agrícola e trabalhos de extensão rural. Destaque-se ainda a extensão ao Nordeste da política de garantia de preços mínimos, que hoje abrange o financiamento de 100% do produto, quando no governo anterior alcançava 80%.

Tudo isso é importante, mas nada significará, será uma construção sem alicerces, se não for lastreado por uma infraestrutura de desenvolvimento científico e tecnológico.

Falamos com absoluta sinceridade. Não critiquemos. Fazamos autocrítica. Tivemos em 1967 uma inflação de 25%. O aumento do produto real nesse mesmo ano foi de 16%, portanto, abaixo da média mínima fixada na Carta de Punta del Este. O aumento do produto bruto, em 1966, foi de 3,4% ao de 1967, em torno de 5%. Neste ano de 1968 precisamos fazer força, muita força realmente, para manter a mesma taxa de inflação e o mesmo crescimento do produto bruto. E' isso desenvolvimento e marcar passo? Desenvolvimento pelos métodos convencionais não é absolutamente desenvolvimento, e especialmente na nossa situação de atraso, da qual só poderemos sair através da queima de etapas e do recurso aos instrumentos do século da ciência.

TREZE DE MAIO

Um programa de desenvolvimento científico e tecnológico será o nosso "treze de maio" porque nos libertará do subdesenvolvimento tanto como a sua ausência mais nos distanciará a cada passo da nossa independência.

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia é condição sine qua non para o progresso econômico do Brasil e para a elevação do nível de vida da população. O Sr. Presidente da República e seus Ministros registaram, em seus pronunciamentos, a preocupação do Governo em aqui implantar a Revolução Científica, que poderá modificar radicalmente o quadro do nosso progresso, como seu deu em Israel e como já está ocorrendo em outros países desprovidos de recursos diante do crescimento avassalador da população, diante da multiplicação de bocas para comer, que neutralizam o aumento do produto nacional bruto. Sejamos orgulhosos do crescimento rápido da nossa população e do avanço de novas cidades. Mas sejamos também realistas. E' preciso adotar sem demora os métodos que afastem de nós o espectro da fome, das doenças e do atraso cultural. O escândalo da miséria pede o protesto e a ação, nunca a conformação ou a omissão. E' preciso reconhecer que o estado de espírito, baseado no amor às liberdades democráticas, o que é

cento, e numa certa confiança na possibilidade do nosso país, o que é preciso, é dar lugar a um estado de espírito mais objetivo, em que as liberdades democráticas não sejam apenas e sem reais, alçadas a um estado de espírito, nascido do trabalho científico, dentro da justiça social.

Não podemos permanecer neste estado de espera, que nos custa caro, pois cada ano na era atual vale por dez, e nos estamos perdendo o tempo desde 1946. Temos que ver a vista que vivemos a era nuclear, e que quer dizer que tudo hoje se desenvolve em termos de incrível rapidez em relação ao passado recente.

Se o desenvolvimento tecnológico da rádio-comunicação se fez "em" de décadas da invenção do tubo eletrônico, hoje, como já se destaca, a aplicação tecnológica da invenção científica é quase imediata. Os reatores de potência foram instalados na Inglaterra, Rússia e Estados Unidos antes de completados dez anos da descoberta do controle da física nuclear. A produção tecnológica não quer prazo de espera direto da invenção científica. Vejam-se os transistores, os raios laser, as comunicações através dos satélites...

E', por outro lado, lastimável, no Brasil, a decalagem existente entre o que fazemos e as necessidades da Nação, dentro do século da ciência, enquanto pelo mundo tudo se acelera, aproximam-se as Nações com os progressos da aeronáutica e das comunicações, aproxima-se a descolagem científica da execução tecnológica, aproximam-se a terra da lua, aproximam-se os indivíduos pelas nave espaciais.

Essa decalagem é grave, e se não lhe empregarmos a devida importância e porque suas consequências futuras só se sentirão "la longe". Afirma-se certo que tais consequências são prejudiciais que as ramadas, as inundações ou as ondas dos terremotos.

OBSTACULOS

Apontem-se alguns dos obstáculos que impedem a aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro e que podem ser vencidos se maiores dificuldades:

- a) o obscurantismo de nossas universidades, sem o espírito universitário sem pesquisas, exigindo uma total reformulação;
- b) o desinteresse ou a falta de meios para o imediato contrato de pesquisadores como reforço ou renovação dos quadros das Universidades e Instituições de pesquisas;
- c) o baixo nível salarial atribuído ao pessoal científico, acrescido pela uniformidade de tratamento, incluindo docentes improvisados a pesquisadores altamente preparados;
- d) a inexistência de um Fundo Nacional de Pesquisas que possibilite o imediato aproveitamento de pesquisadores qualificados através de cursos pós-graduados no país e no exterior;
- e) a multiplicação de iniciativas visando a criação de novos centros de pesquisas antes de serem assegurados os meios que permitam o integral aproveitamento do equipamento e da experiência dos centros já existentes;
- f) o baixo padrão dos cursos de ciências em vários estabelecimentos de ensino superior gerando profissionais incapazes de atender às exigências da época;
- g) a falta de recursos para a aquisição de material de consumo e o pagamento de pessoal técnico auxiliar;
- h) a pobreza das bibliotecas e a desatualização científica e tecnológica;
- i) o desinteresse da indústria pela pesquisa;
- j) as dificuldades para o contrato de pesquisadores estrangeiros;
- k) a falta de intercâmbio dentro do país, como também ilhas de pesquisas.

REAÇÃO EM CADEIA

O Brasil tem 6.000 pesquisadores com produção científica original de nível internacional e apenas pouco mais de 11.000 engenheiros com eficiência na indústria.

É preciso convir que a revolução científica, indispensável ao desenvolvimento, só pode ser feita com cientistas que formem cientistas e estabeleçam uma reação em cadeia, aglutinando-se todos para melhor utilização do equipamento disponível e para permitir que se atinja a massa crítica indispensável ao início da reação. Em outros termos, a explosão demográfica, a explosão dos problemas da fome e da miséria, do analfabetismo e das doenças, nós devemos opor as explosões da ciência que nos dá a descoberta de novos horizontes, e da tecnologia, que, com o aproveitamento das citações da ciência, nos dá a solução dos nossos problemas como ponte para o desenvolvimento.

Não podemos continuar sendo como há cinco séculos o país dos bacharéis e o país do futuro. Sejam os países físicos, dos químicos, dos biólogos, dos matemáticos e o país do presente mesmo porque na era nuclear o presente já é o futuro.

TAREFA DE TODOS

A tarefa a realizar é imensa e não pode ser obra de um partido do Governo só, mas de todos nós, das elites como do povo. Não sem partidatismo, não como brasileiro. A responsabilidade é nossa também quer sejamos da oposição, quer do governo. Se cada qual fizer a sua parte, apoiando e estimulando as medidas destinadas à solução dos problemas, o desenvolvimento brasileiro será uma realidade. *(Aplausos bem, muito bem, Palmas)*

COMPARECEM NAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guimard
Arthur Virálio
Milton Trindade
Cattete Pinheiro
Clodomir Miller
Sebastião Archer
José Cândido
Carlos Lindenberg
Vasconcelos Torres
Benedicto Valladares
Filinto Müller

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Passa-se à

ORDEN DO DIA

Item 1:

(Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo da Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 15 de 1966 (nº 2.542-A-65, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação e reajustamento de anuidades, taxas e contribuições do serviço educacional em estabelecimentos particulares de ensino, tendo Parecer (sob nº 134-68) da Comissão de Redação, oferecendo a redação do Senado.)

Em discussão o substitutivo em turno suplementar.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

Sr. Presidente, pega a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, fizemos uma reforma regimental que teria um alcance de impressionante grandiosidade. Realizou-se porque as matérias do Ordem do Dia eram pouco discutidas e votadas, quase sempre, sem número.

Os Senadores estavam nas Comissões, ocupados, cumprindo o seu dever, enquanto apenas oito, dez ou quinze aqui se encontravam, na sala de Comissão que é o plenário, votando matérias, muitas vezes, sem poder de conhecimento de causa.

E foi feita a reforma regimental. Algumas outras Comissões foram criadas. Para cinquenta e cinco senadores, excluídos, por consequência, os Membros da Mesa, há cerca de trinta lugares a serem ocupados por diversas Comissões. De AIDB, por exemplo, não há um Senador que não tenha a responsabilidade de ocupar, no mínimo, três lugares na Comissão existentes, nas Permanentes. Nós não estamos falando nas Comissões Mistas, não estamos falando nas Comissões de Inquérito. Estou falando a respeito dos lugares que vamos ocupar como titulares, porque, se acrescentarmos os que vamos ocupar como suplentes, então cada um de nós terá a responsabilidade de responder, no mínimo, por seis Comissões. Como fomos daqueles que mais lutavam para que o Plenário existisse completo, com o número legal para a discussão e votação das matérias, no primeiro dia, propriamente em que abrimos a sessão legislativa de 1968, com uma Ordem do Dia que todos conhecemos, vamos abrir o debate, discutindo as matérias em pauta. E, como assumimos um compromisso de presença, então, só com número legal, regimental, é que devemos votá-las mesmo porque, com a criação das sessões extraordinárias às manhãs, não há mais desculpas para ausência nossa do plenário na hora da discussão e votação da matéria.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — No momento em que V. Exª se refere a reforma regimental e faz comentários em torno da sua extensão, queria apenas tirar a oportunidade para consignar um esclarecimento: é a de que, se tivesse estado presente a seu não extraordinário em que se debateria sobre a matéria, eu teria votado contra a resolução proposta, por dois motivos, inclusive porque não me pareceram adequadas as alterações concernentes ao número das Comissões e ao aumento de seus integrantes. Os que costumamos estar presentes em Brasília e frequentar os trabalhos do Senado, sabemos que não é fácil reunir comissões com regularidade, sobretudo quando grande o número de seus componentes.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Respondendo a V. Exª que a Comissão que estudou a matéria da reforma regimental foi vencida pelo Plenário, em diversos aspectos.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com muito prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Vossa Excelência apresentou um cuidado o substitutivo, muito próprio, muito adequado até para a eficiência dos nossos trabalhos. Infelizmente, esse substitutivo foi repelido, quase que através de um parecer de improbita, feito no Plenário e, exatamente, do Substitutivo de V. Exª um ou duas disposições menos liberais, permitindo-me dizer, que foram aprovadas pela Comissão Diretora.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exatamente. V. Exª está a cavaleiro para fazer a declaração que fez, porque aquelas disposições V. Exª mais ou menos se referiu na comissão. Faria restrições.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Fica a Comissão e chamo a atenção de V. Exª que, logo aprovada a resolução a

Mesa deu um entendimento que, a meu ver, não proceda e não teria sido na intenção de V. Exª — é de admitir que, pelo fato de um Senador só poder falar duas vezes na hora do Expediente, no curso de uma semana não poderia haver cessão de um Senador a outro para falar.

O SR. AURÉLIO VIANNA — É o entendimento que iremos debater.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Mas a Mesa já deu essa interpretação numa sessão logo posterior à aprovação da resolução. Acho que, se não estava na intenção de V. Exª.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exatamente. Não.

Sr. Presidente e nobres Senadores, estranhei, quando se discutiu a matéria, que, em, como Relator da mesma, não tivesse sido avisado daquela sessão extraordinária, imediatamente convocada ao fim de outra, também extraordinária que se estava a terminar. E eu, pelo fato de não ter sido informado, na ocasião não pude defender o trabalho aprovado pela comissão.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Vossa Excelência deixou a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, alegando que tinha um dever de família a cumprir, naquele momento.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exatamente.

O Sr. Aloysio de Carvalho — E, surpreendentemente marcou-se uma sessão extraordinária para se votar o projeto de resolução. Quero agora dizer a V. Exª que tudo isso para evitar essa sessão extraordinária alegando inclusive, que V. Exª não estava presente e que havia deixado a Casa para cumprir um dever de família. Não fui atendido absolutamente nisso. Eu preciso que, naquela mesma tarde, na ausência de V. Exª, o substitutivo da Comissão Diretora fosse o vencedor.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Senhor Presidente, houve algumas alterações regimentais que viriam proporcionar que um maior número de Senadores pudesse usar a palavra, na hora do Expediente.

Pelo Regimento Interno não havia limite de tempo — pela reforma aprovada, o limite de tempo, para o orador, foi estabelecido e foi firmado.

Com as comissões permanentes reunindo-se pela manhã, propiciava-se então, que, presentes os Senadores houvesse um entendimento melhor, para apreciação e votação das matérias colocadas na pauta, evitando-se, portanto, isto por muitas e muitas vezes os Senadores se manifestavam surpreendidos. Interessador na discussão e votação, na aprovação ou rejeição de matérias para eles importantes, estando nas Comissões, não poderiam, conseqüentemente, ocupar dois lugares no espaço ao mesmo tempo.

O outro seria o lugar no plenário para o cumprimento do seu dever.

Hoje, está na Ordem do Dia um projeto que julgamos de grande importância. Conclamamos mesmo o Líder do Governo, que é o Presidente da ARENA, o nobre Senador Daniel Krieger, e o Líder da ARENA, o Senador Filinto Müller, para que tenham um entendimento com a Liderança do seu Partido na outra Casa do Congresso Nacional visando à aprovação do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, ali aprovado, o qual vem apelar o projeto da Câmara e resolver um dos mais sérios problemas no setor do ensino particular do nosso País.

O projeto dispõe sobre a fixação e reajustamento de anuidades, taxas e contribuições do serviço educacional em estabelecimentos particulares de ensino.

A rede de estabelecimentos públicos de ensino do Brasil ainda é, infeliz-

mente, reduzido. Outros, agora, apreciações sobre o problema do bairrista assente do Brasil, por não haver condições para as suas atividades no nosso território. Ouvimos que sómente alguns bairristas, ouvimos que temos em nosso País menor número de universitários que a Venezuela. Para trize milhões de habitantes ali existentes, há de cento e setenta mil universitários; para cerca de noventa milhões de habitantes, temos aqui no Brasil, menos de cento e cinquenta mil universitários. Falta de interesse da nossa juventude? Não. Os jovens estão batendo as portas das universidades. Aqui mesmo, em Brasília, nós verificamos o esforço da nossa juventude para conseguirmos ingressar na Universidade. E o que é impressionante é que aqui em Brasília e em todo o Brasil não é a menção por muitosadores das que apreciam o problema do ensino superior em nosso país.

Uma que rapidamente, com um dos mais finos mestres deste País e de contesta a tese que há excesso de bacharéis em País como o nosso, de cerca de noventa milhões de habitantes.

Se considerarmos que grande quantidade dos médicos existentes no País vivem nas Capitais, iríamos como que de que há excesso de médicos no Brasil porque cerca de noventa por cento dos existentes estão nas Capitais, vivem nas grandes cidades.

Sr. Presidente, é um problema com que temos de nos defrontar e já estamos nos defrontando, não em resposta para a leitura que fizemos, de que há fuga de cientistas do Brasil para o exterior. Enfocamos a questão política, eliminamos os argumentos de que tantos muitos deles de nosso País forçados pela violência revolucionária, eliminamos tudo isso e vamos car na outra realidade. Lucham eles possivelmente de exercer as suas atividades neste País, nas condições atuais, quando os próprios encarregados do emprego dos funcionários públicos, para presenças médicos e no Brasil, declaram que em apenas 9 milhões e 65 mil cruzeiros apenas 5 mil disposições, totalmente tubando.

De fato, o Ministério do Planejamento não permitiu, até agora, segundo declaração do Coronel Uzeda, Chefe da Divisão de Orçamento da Comissão Nacional de Energia Atômica, a liberação de parcela ou dessa verba, para que seja empregada convenientemente para os fins a que é destinada.

Abraços os jornais do País e todos eles frisam e reclamam medidas dos governos estaduais, municipais e do solução da grande crise do ensino primário, do ensino médio, do ensino superior no nosso País.

Outra, liamos daqui alguns dados principais jornais de hoje, deparamos com o mesmo assunto ali localizado.

(Pedro Ludovico) — Fazendo soar as campainhas — Os vinte minutos a que V. Exª, tem direito estão esgotados.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Eu não discuto, Sr. Presidente. Estava pensando que hoje era um dia de excesso. O nosso colega que teria que fazer o fechamento.

Assim pensava, tanto que tentava o Conselho Acácio — para apre-

ciar o mérito da matéria. Mas atendo ao prego de V. Exa. e, obediente ao Regimento, deixo a tribuna, não mais dizendo que me reservo o direito de, amanhã, reclamar o mesmo tratamento para com aquele meu companheiro, porque sei que aquilo vai ser feito, na certeza de que o assunto é daqueles mais pertinentes e mais interessantes, é daqueles que envolvem a uma Câmara de representantes do povo.

Na verdade, iríamos ler observações que nos impressionaram e que justificam a aprovação do Substitutivo da Comissão de Educação. O projeto é uma espécie de freio neste descalabro que existe por aí.

Se a classe média, já não fala na classe proletária, já está sentindo, na própria alma, a desdita das dificuldades de não poder educar, em estabelecimentos de ensino privado, os seus filhos, o que não dizer da classe proletária deste País, dos trabalhadores desta Pátria!

O projeto dá poderes aos órgãos competentes, aos conselhos estaduais de educação e ao Conselho de Educação do Distrito Federal para estabelecerem o controle no caso das anuidades cobradas dos alunos, visando também o bem-estar do professor, a garantia de um bom salário. Hoje, sinto vergonha, não é que professores neste País, entram em greve para o pagamento de seus salários atrasados, sinto vergonha de termos neste País, governos que, não atendem, que não cuidam do aluno como também do professor. E quando eu abro os jornais — e aqui termino — leio que, no meu Estado político, no Estado da Guanabara, professores pensam em mudar de profissão, porque o que percebem não lhes dá o necessário para a sua própria alimentação suficiente.

Não somente eu, mas todo o país neusante envergonha-se de uma situação como esta. Abandona-se uma das mais nobres profissões para não se morrer de fome; foge-se do país para o exterior, perdendo-se grandes capacidades intelectuais, grandes cientistas que vão desenvolver países já desenvolvidos, mantendo o seu desenvolvimento e acelerando-o, por falta de meios para prendê-los na sua própria terra, na sua própria Pátria.

Sr. Presidente, dou com grande entusiasmo o meu voto favorável a esse substitutivo que iria ser analisado mas que não pode, pelos motivos que todos conhecemos. Dou, com grande entusiasmo, o meu voto favorável como uma pequenina janela que ele representa aberta para a realidade nacional. (Muito bem.)

O ANEXO:

(Pedro Ludovico) — Continua em discussão o substitutivo.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser continuar a discussão (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo mais observações, o Substitutivo será dado como definitivamente aprovado, independentemente de nova votação, nos termos do artigo 275-A, § 5º, do Regimento Interno.

A matéria voltará à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar na Câmara o estudo do substitutivo do Senado, designo o Sr. Senador José Mat. Marinho, que foi o relator da matéria na Comissão de Educação e Cultura.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

PARECER Nº 134, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 15 de 1966 (nº 2.542-B-65, na Casa de origem).

Relator: Sr. Filinto Müller

A Comissão apresenta a redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1966 (nº 2.542-B-65, na Casa de origem), que disciplina a cobrança de anuidades escolares, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1968. — Teotônio Vilela, Presidente. — Filinto Müller, Relator. — José Leite. — Carlos Lindenberg.

ANEXO AO PARECER Nº 134-68

Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1966 (nº 2.542-B-65, na Casa de origem), que disciplina a cobrança de anuidades escolares, e dá outras providências.

Substitua-se o Projeto pelo seguinte: Dispõe sobre a fixação e reajustamento de anuidades, taxas e contribuições de serviços educacionais em estabelecimentos particulares de ensino.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Cabe aos Conselhos Estaduais de Educação e ao Conselho de Educação do Distrito Federal, além das atribuições que lhes foram consignadas na Lei nº 2.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), fixar e reajustar anuidades, taxas e contribuições correspondentes aos serviços educacionais prestados pelos estabelecimentos particulares de ensino primário, médio e superior, situados nas áreas de sua respectiva jurisdição, observadas as normas desta lei.

Parágrafo único. Os estabelecimentos situados no Território do Amapá são sujeitos à jurisdição do Conselho Estadual de Educação do Pará; os dos Territórios de Roraima e Rondônia, ao do Amazonas; e os de Fernando de Noronha, ao de Pernambuco.

Art. 2º. A fixação do custo dos encargos educacionais será feita simultaneamente com a autorização de funcionamento dos estabelecimentos de ensino e seu reajustamento nos dois meses anteriores à realização das matrículas.

Art. 3º. A fixação e o reajustamento de anuidades, taxas ou contribuições devem atender aos encargos de remuneração dos professores e de manutenção regular dos estabelecimentos.

§ 1º. Os encargos previstos neste artigo são apurados pelos órgãos incumbidos da estimativa das anuidades, taxas e contribuições.

§ 2º. É assegurado recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, para o Conselho Federal de Educação, aos dirigentes dos estabelecimentos interessados e às associações, devidamente registradas, de alunos ou de pais de alunos, contra a apuração dos encargos e a estimativa das anuidades, taxas e contribuições previstas nesta lei.

§ 3º. Na decisão do recurso referido no parágrafo anterior, o Conselho Federal de Educação estabelecerá, quando necessário, a forma e o prazo de regularização dos pagamentos discutidos.

Art. 4º. É facultado aos Estados proceder à fixação e ao reajustamento das anuidades, taxas e contribuições por outro órgão que não seja o Conselho Estadual de Educação, obedidas as demais regras desta lei.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico).

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 8, de 1968 (nº 59-A, de 1968, na Casa de origem), que aprova o Decreto-lei nº 342, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ao aumento de produtividade, tendo Parecer favorável, sob nº 144, de 1968, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto.

O SR. AURELIO VIANNA:

Pede a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, li o parecer da Comissão de Finanças e, lendo-o, compreendi melhor o objetivo do Decreto-lei nº 342.

Gostei, apreciei — e muito! — a maneira doula como o Relator da matéria a apresentou. Frases concisas, seguras, pensamentos uniformes, revelando uma inteligência criadora, interessada em que todos nós compreendêssemos, entendêssemos e apreciássemos bem os objetivos do Executivo, contidos no decreto-lei em referência, que isenta do imposto sobre produtos industrializados os produtos das posições 8424 e 87.01, da tabela anexa à Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

É bem verdade, Sr. Presidente, que não temos, no processo, para um esclarecimento completo do assunto, referência aos produtos das posições 84.24 e 87.01, da tabela anexa à Lei nº 4.502. Não temos a tabela para sabermos a que produtos o Executivo se refere. Daí nos termos louvado no Parecer que foi aprovado na Comissão de Finanças. Que é que ele nos esclarece?

Para o relator da matéria, o Decreto-lei, se aprovado pelo Congresso Nacional, viria propiciar a redução de preços para o consumidor e a baixa do custo para o produtor. Veremos se esses objetivos serão alcançados. Porque agora mesmo os jornais mencionam e sustentam que já está em processo um novo aumento de preços das mercadorias, das utilidades, neste País, a partir dos produtos farmacêuticos aos que interessa de perto a alimentação humana.

Quando se fala num aumento de salário-mínimo atual, aumento que seria da ordem de 20 a 25% e diga-se de relance já não satisfaz em face da alta do custo da vida que se processou desde a fixação do último salário-mínimo para agora — prepara-se, ao mesmo tempo, a população brasileira para sofrer novo aumento nos preços das utilidades. E já na Câmara dos Deputados um representante do Rio Grande do Sul apresentou um projeto que, digamos assim, congela os aluguéis residenciais durante certo período de tempo. Como sabemos, aumen-

tado o salário-mínimo, na esteira do aumento das coisas, um reajustamento dos aluguéis.

Sr. Presidente, num mundo convulsionado como o nosso — e o Brasil está dentro, faz parte deste mundo, em que a rebelião das massas, pelo sofrimento, é um fato que ninguém ignora — não posso entender muito bem que, quando o Governo, através de um decreto, propõe a redução do preço das mercadorias para o consumidor, pela baixa do custo para o produtor, se contradiga tão profundamente, fixando e autorizando novos preços para as mercadorias, para anuidades escolares, etc., etc.

O Senador Manoel Villaga, autor do parecer aprovado pela Comissão de Finanças, num dos seus pensamentos proclama que «convém fazer referência ao fato de que a atividade agrícola também é influenciada pelos desequilíbrios entre a oferta e a procura».

Desequilíbrio provocado por que? Existe em virtude de que?

Fomos informados há pouco tempo, de que certo grupo tentou criar num grande Estado da Federação Brasileira, uma indústria.

O grupo possui capitais — capitais nacionais; deseja que se aumente a produção, pela produtividade; acordou a compra de maquinaria moderna, atual, e, quando os órgãos competentes do Governo da República já estavam com a permissão para que a nova indústria se instalasse, um grupo, que monopoliza os produtos dessa indústria e que traz à sua frente o pomposo nome de cooperativismo — disfarce do monopólio que existe — tentou impedir, impediu naquele momento e está impedindo, até hoje, que essa nova fábrica se instale.

Quase que eu diria: se a fábrica, que se pretende instalar, fôsse de capitalistas estrangeiros, provavelmente a concessão já teria sido dada.

Ora, Sr. Presidente, o Senador Manoel Villaga acoberta a tese que, a meu ver, é a certa, de que:

«a agricultura...»

— E abro aqui um parêntesis — é um setor dos mais abandonados, particularmente nos países subdesenvolvidos.

... a agricultura, além de cumprir seu papel de fornecedor de alimentos, de mão-de-obra e de capital, ainda se caracteriza por ser uma atividade onde seu produto principal, o alimento, tem procura inelástica, ou seja, o aumento de consumo é insensível a uma redução de preço, características que, somadas à perecibilidade, tornam difícil adiar o consumo.

Houve um Ministro da Agricultura deste País — não sei se o Ministro João Cleofas, creio que sim — na época do Governo Vargas, que tentou criar no nosso País, uma portentosa rede de silos que visava a proteger o agricultor, o qual é obrigado a vender ao intermediário e, mais do que ao intermediário, ao atravessador, seu grande inimigo, porque não tem onde armazenar aquilo que colhe das suas terras ou que produz na safra.

Este plano como que foi abandonado e ainda hoje sofre o produtor agrícola a tragédia de ter que entregar ao atravessador aquilo que produz com grandes sacrifícios. Neste País, segundo as publicações alardeiam, setenta por cento, pouco mais ou menos, dos alimentos consumidos pelo povo brasileiro saem da pequena propriedade; sai, também, grande porção dos analfabetos deste País porque, se o latifúndio causa prejuízo

no País, talvez não ao latifundiário o minifúndio, se atende às populações, que se refere aos alimentos necessários à sua subsistência, é verdadeiro problema cravado no coração, na alma e na vida dos seus proprietários. Os filhos não têm ao lado dos pais para cultivos nem um pequeno pedaço de terra. Não têm, portanto, não podem tê-lo. Não têm sequer terrenos selecionados, não têm arborescência. Não conhecem escolas. Estão ali ao lado dos pais, trabalhando e se agitando. Então, o minifúndio prepara principalmente ao próprio minifundiário.

Sr. Presidente, a conclusão: (te)

Esse breve resumo da estrutura do mercado de gêneros alimentícios pretende apenas explicar parte das consequências da isenção concedida pelo Decreto-lei nº 332, qual seja a da alteração do sistema de produção, através de medidas indiretas que estimulem a introdução de novas tecnologias, dentro de uma concepção de desenvolvimento tipo capitalização intensiva.

Do ponto de vista do setor secundário da economia, sabe-se que o escopo da isenção foi a de permitir uma redução da despesa com bens de capital importados, o mais agudo problema financeiro de um país subdesenvolvido que tomou a macro-decisão de industrializar-se, como é o caso do Brasil.

Realmente, com a isenção do imposto sobre produtos industrializados não garantimos apenas, em relação a outros equipamentos, preços menores aos agricultores, mas também garante-se, através do efeito acelerador, maior demanda dirigida ao setor industrial da economia nacional.

Mecanizar-se ou perecer é um slogan que foi lançado, aqui, no Brasil. Infelizmente, nem todas as terras próprias para a agricultura neste País são mecanizadas.

O governo chama a estas terras de terras desampladas. É uma expressão que me chamou atenção quando passei a visitar diversas regiões deste grande Estado de Pernambuco.

Terras desampladas — são e baixos, saliências e reentrâncias — impróprias geralmente para uma agricultura que sustente o agricultor dando-lhe uma vida confortável e que seja confortável também aqueles que os empregam, que não trabalham ao sol, lá.

Sr. Presidente, um projeto só subsistenciando medidas isoladas não resolve os problemas nacionais, abre algumas perspectivas. E o caso deste. Medidas globais, diversas medidas paralelas, uma conjugação de esforços entre Municípios e Estados e o Poder Central, porque, se por um lado, o Governo Central tenta medida, visando alcançar esse objetivo, do outro lado, como a população de um Estado suporta e suportaria um aumento da alíquota do I.C.M., do Imposto de Circulação de Mercadorias de 3% para 18%? Então, o que se tenta dar com uma das mãos se o tira com a outra.

Não adianta nós proclamarmos — e aqui termino, Sr. Presidente — que o produto nacional bruto alcançou a taxa de 5% e que vai para 6%. Um jornalista inteligente, em comentando este fato, declarou chamando a atenção dos poderes públicos, que a população consumidora o que interessa é que o custo de vida não suba. A ela interessam escolas para os seus filhos, onde seus filhos possam estudar, uma vida mais barata, mais facta, sem os sacrifícios que da população são exigidos.

Que o Governo não se vislumbre, apenas, com esses dados que interessam a uma cúpula que goza o gozo de proclamar: a taxa de crescimento passou de tanto para tanto, mas que não atenta para o fato de que, nos subterrâneos da vida brasileira, há uma população que sofre, inconformada, e que não está encontrando, no momento, uma saída para os seus dias, para a sua desgraça, para os seus clamores e para a falta de oportu-

nidade a uma vida digna que, se nós exigimos para nós, deveremos exigir também, para essa população. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Continua em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O Projeto irá à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1968

(Nº 59-A-68, na Casa de origem)

Aprova o Decreto-lei nº 342, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ao aumento de produtividade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. E' aprovado o Decreto-lei nº 342, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ao aumento de produtividade.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Há, ainda, oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA,

Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — S. Exa. desiste da palavra

Tem a palavra o Sr. Senador Alvaro Malta. (Pausa).

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Josephat Marinho.

O SR. JOSEPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — S. Exa. desiste da palavra.

Tem a palavra o Sr. Senador Mário Martins. (Pausa).

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Júlio Leite. (Pausa).

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Clodomir Millet.

O SR. CLODOMIR MILLET:

Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — S. Exa. desiste da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Lembro aos Senhores Senadores que hoje se reunirá a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudar o Projeto de Lei nº 9, de 1968, que institui, em caráter extraordinário, a licença temporária, devendo comparecer para esclarecimentos sobre a matéria, o Dr. Hélio Beltrão, Ministro do Planejamento.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, convocando, antes, os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária, a realizar-se amanhã, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

TRABALHOS DE COMISSÕES !

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 50 minutos)